AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 09 | SETEMBRO 2013 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

CONFINAMENTO
BOM RESULTADO PARA PROFISSIONAIS

ZONA DO EURO
Saída do fundo do poço

COOPERATIVISMO PAULISTA
Aposta na intercooperação

CUSTO DO PEDÁGIO
Atrapalha produtos com margem baixa

O agronegócio é o seguinte

A desvalorização do real

UMA GRANDE questão paira no ar: para onde irão o câmbio e a inflação?

Com a retomada da economia norte-americana, os dólares voltam para os EUA, provocando a desvalorização das moedas de quase todos os países. Esse processo está um pouco mais forte no Brasil, porque o momento político é mais delicado, após a eclosão das manifestações de rua e alguma falta de coordenação no governo federal.

Apesar de todos esses fatos, ***Agroanalysis*** continua apostando em inflação dentro da meta. Quanto ao dólar, a maior probabilidade é que a flutuação dar-se-á numa faixa mais larga, para a qual não acreditamos em valor inferior a R$ 2,30. A faixa superior deve ficar ao redor de R$ 2,50. O Governo anunciou oferta sistemática de dólar para amenizar o movimento mais agudo. O resultado foi imediato, com o dólar recuando fortemente. Vale lembrar que, até agora, não houve necessidade de utilização dos cerca de US$ 370 bilhões de reservas, o que é positivo.

Para os produtores, esse quadro significa melhores preços em reais de maneira geral, mas é necessário travar os custos dos insumos. Para a cadeira sucroalcooleira, fica a certeza de que a Petrobras vai reajustar, mais uma vez neste ano, o preço da gasolina e do diesel.

Após o assunto dominar o noticiário econômico internacional por um longo tempo, enfim chega uma notícia boa sobre a Zona do Euro: as economias europeias pararam de cair, sendo que algumas até registraram um pequeno crescimento no segundo trimestre deste ano. É possível atribuir essa melhora no cenário à atuação do Banco Central Europeu (BCE), que implementou um programa permanente que forneceu garantia aos credores das dívidas dos países mais problemáticos e, assim, reduziu o risco associado à rolagem das dívidas destes países. Além disso, o BCE decidiu permanecer com sua taxa de juros em patamares baixos até que as economias do bloco passem a dar claros sinais de recuperação. Contudo, para que a Zona do Euro volte a crescer de forma sustentável, o balanço dos bancos europeus deve apresentar uma situação mais sólida e o estoque de dívida de alguns países deve retomar uma trajetória sustentável.

Caderno especial da ***Agroanalysis*** trata da intercooperação como palavra de ordem para um grupo de dezenove cooperativas paulistas do ramo agropecuário. Elas fazem parte do primeiro grupo de cooperativas que aderiu ao Programa de Excelência em Gestão de Rede de Desenvolvimento Integrado (RDI), realizado pela Ocesp, o Sescoop e o Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O projeto prepara as cooperativas para atuarem, individualmente e em conjunto, no contexto de suas cadeias produtivas, com o desenvolvimento de habilidades em gestão e governança.

O confinamento de bovinos volta ao noticiário. Embora apresente tendência de expansão, isso ocorrerá apenas entre pecuaristas profissionais. As margens são estreitas, e não há espaço para erros. São inúmeros os fatores envolvidos no resultado da atividade; por isso, o manejo e a gestão são importantes para um resultado positivo. Em 2013, a alimentação deverá pesar menos no bolso do confinador, mas o preço do boi magro e os preços pouco "atraentes" no mercado futuro devem fazer com que o pecuarista tenha cautela. Ficar exposto às variações do mercado representa um grande risco; daí a importância de se trabalhar com ferramentas de gestão de risco e de se proteger de uma alta de insumos ou queda no preço da arroba.

O Brasil é um dos países com melhor uso eficiente da Fixação Biológica de Nitrogênio. Os 27 milhões de hectares ocupados pela sojicultora nacional utilizam-na quase que exclusivamente, com um consumo insignificante de fertilizante químico nitrogenado. Na cultura do feijão, a técnica ainda está em processo de aprimoramento, mas os resultados apresentam rendimentos correspondentes ao dobro da média nacional. Isso pode gerar uma economia anual de US$ 500 milhões, de acordo com o Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), criado pelo MAPA como parte dos compromissos do Brasil para reduzir as emissões de carbono. As metas de redução de emissões forem definidas e estabelecidas em Copenhague, durante a 15º Conferência das Partes para as Mudanças Climáticas (COP-15), em 2010.

Para terminar, o registro do 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio, realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com o tema "Infraestrutura e Logística: Caminhos para a Competitividade do Agronegócio". Na área de grãos, a produção da safra 2013/14 ruma para 200 milhões de toneladas. As condições para escoar essa produção são as mesmas de quando se exportava um quarto deste volume. Sem condições de solução a curto prazo, a logística é a prioridade número um para o agronegócio nos próximos anos. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Aila Martins Ferreira
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: Shutterstock e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Elizabeth Farina

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Zona do Euro
15 Confinamento
17 Vinhos na África do Sul
19 Setor sucroalcooleiro
21 Agro brasileiro
22 Tarifas de pedágio
24 Fixação Biológica de Nitrogênio
25 Modelo de negócio
26 Corredor Bioceânico

Política Agrícola

28 12º CBA
29 Desenvolvimento agrícola
31 Seguro rural

Especial Cooperativismo

33 Cooperativismo paulista aposta na intercooperação

Especial Sociedade Rural Brasileira

38 Rural destaca desafios e oportunidades do agro

Especial Embrapa

41 Embrapa Agrossilvipastoril

Especial Andef

43 Brasil

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



15 Confinamento

Política Agrícola



28 12º CBA

Especial Cooperativismo



33 Cooperativismo paulista aposta na intercooperação

Elizabeth Farina
Diretora presidente da UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar)

A indústria continua em crise

Por Paulo Roque

EM ENTREVISTA exclusiva à ***Agroanalysis***, a presidente da UNICA, Elizabeth Farina, ao fazer uma análise do setor sucroenergético brasileiro, alerta para o fato de que não existem condições favoráveis para a retomada de investimentos em novas unidades e expansão da capacidade industrial. Professora titular aposentada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), ocupou vários cargos na área educacional e administrativa. Membro do Center for Organization Studies (CORS) da USP, por mais de dez anos foi vice-coordenadora do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) da FEA/USP. Sua experiência na área de organização industrial concentrou-se principalmente em temas ligados à defesa da concorrência e estratégias de competitividade, especialmente para atividades ligadas ao agronegócio.

AGROANLYSIS Podemos dizer que a indústria de cana-de-açúcar superou o período de crise dos últimos anos?

ELIZABETH FARINA Não, mas passamos por um período melhor. Saímos de um período de baixíssima produtividade e recuperamos investimento em renovação dos canaviais. Isso colaborou para o aumento da produtividade e gerou efeitos positivos numa situação de pressão de custos e de endividamento. Nesse aspecto, podemos dizer que estamos em uma curva ascendente em termos de produção e produtividade da cana. Contudo, o setor não superou a crise. Continuamos com um número grande de empresas em estado elevado de endividamento, com pressão de despesas operacionais e sem a perspectiva de ter uma receita suficiente para cobrir todos os compromissos. Por isso, como não existem condições favoráveis para a retomada de investimentos em novas unidades e expansão da capacidade industrial, o setor continua em crise.

AGROANLYSIS O período pós-2008 deixa alguma lição?

EF Certamente. Primeiramente, foram anos muito difíceis. Bastante alavancada, a indústria foi pega no contrapé por conta de um ciclo muito virtuoso de investimento, que sofreu uma interrupção com a crise internacional. Apesar disso não ter relação direta com o etanol, acabou criando uma dificuldade para as empresas mais endividadas, em função dos seus investimentos. Em segundo lugar, os programas de expansão de energias renováveis no mundo se ressentiram, tanto os europeus, quantos os americanos. O quadro recessivo tocou os países desenvolvidos, principalmente o continente europeu, que



UNICA - MARCELA AYABE

> “... a política de controle da inflação, com a aplicação do congelamento no preço da gasolina, é negativa para o etanol.”

deixou para segundo plano as políticas relacionadas às mudanças climáticas. O pensamento da economia verde, como uma maneira de reativar os negócios europeus, parece não se concretizar. Do ponto de vista da demanda internacional, houve um arrefecimento.

Do lado brasileiro, imprimiu-se uma política de controle de preços da gasolina, o principal concorrente do etanol, que coloca um teto no seu preço e rentabilidade. Esse período mostra a dependência de competitividade na nossa indústria, baseada em ganhos de produtividade e de eficiência com os novos investimentos. É um grande desafio, em função do tamanho do endividamento. Para otimizar o investimento realizado, é preciso mais recursos. Isso acontece com a inauguração dos primeiros 200 quilômetros do etanolduto entre Ribeirão Preto e Paulínia, que chegará até Goiás. O montante do dinheiro envolvido é tremendo.

Agroanalysis E o investimento ajuda a superar a crise?

EF Na verdade, o investimento ajuda a otimizar as aplicações já realizadas com as unidades em operação. É o capital em infraestrutura de produção, como armazenagem, novas variedades e manejos agrícolas, mas não em nova capacidade industrial. Sem investimento em novas unidades, não há demanda de equipamentos em quantidade suficiente para reacender o dinamismo da indústria de capital voltado para o setor; então, não superamos a crise. Em relação ao passado, estamos melhores. Provavelmente, a indústria de cana-de-açúcar sairá mais forte desse processo, porque estão sendo feitas inovações importantes, não só na parte agrícola, mas principalmente na parte de infraestrutura. É um enorme desafio, do qual nem todos conseguem participar. Por isso, há fechamento de unidades. Quando se fala desse setor, é necessário muita cautela.

Agroanalysis A capacidade de processamento da cadeia está chegando ao seu limite?

EF Já é bastante conhecido que está chegando ao seu limite. Temos capacidade industrial para esmagar cerca de 700 milhões de toneladas. Estaremos, neste ano, perto de 630 milhões de toneladas. Aguentamos mais um crescimento por mais uma ou duas safras no máximo. Daí em diante, não teremos mais espaço ocioso para ser ocupado.

> “Continuamos com um número grande de empresas em estado elevado de endividamento...”

Agroanalysis Com a administração da gasolina voltada para o controle da inflação, sobra espaço para o etanol?

EF Não, pelo contrário. Quando se congela o preço da gasolina para evitar pressão de inflação, na verdade, o do etanol também é congelado, porque existe o substituto. No carro *flex*, a gasolina é o substituto direto. Então, se o preço da gasolina não se movimenta, o do etanol também não pode se mover, diante da pena de, se subir, perder o consumidor e, consequentemente, receita. A gasolina, o etanol e o petróleo estão vinculados pela decisão do consumidor na bomba. Ele olha o preço para saber se valerá a pena colocar o etanol. Portanto, a política de controle da inflação, com a aplicação do congelamento no preço da gasolina, é negativa para o etanol.

Agroanalysis Estamos preparados para retornar os investimentos para a expansão dos canaviais e de novas plantas industriais?

EF Com relação aos canaviais, fazemos esta expansão, tanto que, neste ano, teremos uma safra recorde. Como vimos, ainda existe uma pequena capacidade industrial ociosa para crescer. Mas, hoje, não temos condições econômicas para reativar um programa de investimentos em capacidade industrial em novas unidades.

Agroanalysis O reconhecimento do etanol da cana-de-açúcar como combustível ainda pode trazer alguma vantagem?

EF Atualmente, não se pode pensar em não produzir etanol. Por uma razão simples: existem investimentos nas usinas, sendo algumas dedicadas somente à produção de etanol; outras produzem somente etanol hidratado e não produzem o anidro. A decisão de investimento em açúcar e etanol anidro e hidratado está tomada. A flexibilidade não é de 100%. A média é ir de 10% para mais ou 10% para menos entre etanol e açúcar. O preço do açúcar no mercado internacional caiu muito. Trata-se de uma *commodity* com ciclos de altas e de baixas. Como estamos em um período de decréscimo, em algum momento, haverá subida, mas se, por hipótese, se convertesse a cana do etanol em açúcar, provocar-se-ia uma queda ainda maior no açúcar. Hoje, a alternativa é produzir etanol. Para o futuro, pode-se falar: será que este setor será tão grande quanto imaginávamos? O presidente Lula falava da invasão do etanol brasileiro no mundo, mas as condições objetivas mudaram. O programa japonês não decolou, o europeu

> “... não existe um ambiente para investir em novas usinas e produzir etanol para abastecer o mundo.”

revê as suas metas e o americano é muito questionado nos próprios Estados Unidos. Então, não existe um ambiente para investir em novas usinas e produzir etanol para abastecer o mundo.

Agroanalysis Mesmo assim, os esforços para aumentar a produção de etanol em outros países estão conseguindo resultados positivos?

EF São poucos os países produtores de cana-de-açúcar. Existe o etanol de outras matérias-primas, como trigo, milho, beterraba. Há um esforço positivo para ter um mercado nacional de etanol. Isso traria segurança para o mercado de combustíveis, que precisa de certa regularidade. Como vem de área agrícola, o etanol de primeira geração tem movimentos de safra e entressafra, mas tem problemas de produção como em todo o agronegócio. Então, se existe um mercado internacional, as quedas de safra de um continente podem ser supridas por outros países e vice-versa. É muito importante o crescimento mundial da produção, mas isso não está acontecendo neste momento. Existem perspectivas positivas na África e na Austrália, mas o único comércio existente mesmo é entre Brasil e EUA, onde se eliminou as barreiras tarifárias e não tarifárias. O Brasil é um exportador líquido para os EUA, mas este comércio está em ameaça, diante da proposta de mudanças de regras que vai criar problemas para a nossa exportação.

Agroanalysis O Brasil ainda tem grande vantagem em relação aos outros países?

EF Sim. O etanol brasileiro é reconhecido como avançado, como nos Estados Unidos. Como é o maior redutor das emissões, o produto contribui para as questões climáticas. Sem dúvida alguma, o Brasil terá a melhor condição de produção deste combustível, inclusive de área disponível para produção. De fato, temos um produto com atributos muito competitivos.

Agroanalysis A produção brasileira crescerá mais orientada para o mercado interno ou externo?

EF Enquanto o mercado externo depende muito das políticas públicas, o comércio interno brasileiro é potencialmente muito grande. A maior ou menor dependência externa da oferta brasileira acontecerá de acordo com as políticas que estão sendo revistas tanto na Europa, quanto nos EUA e em outros países. A proposta do Parlamento europeu é rever para baixo os mercados de combustíveis de etanol derivados de primeira geração; está aberto à possibilidade de crescer a importância do etanol de segunda geração, que está ainda engatinhando no mundo, pois não existem usinas com operação em escala comercial. Alguns projetos no Brasil prometem para o próximo ano o início da operação comercial, mas ainda não sabemos se, de fato, isso será suficientemente competitivo.



UNICA - CACO PARISE

> “É importante fixar na cabeça do consumidor, na hora de escolher o combustível, que o etanol pode ser economicamente vantajoso, mas as suas outras vantagens não estão no preço.”

Agroanalysis As campanhas publicitárias ajudam a aumentar o consumo do etanol aqui no Brasil?

EF Acreditamos que sim. Contratamos uma empresa especializada para fazer essa avaliação do resultado da campanha. Houve um aumento importante do consumo, porque, durante a campanha, houve uma redução do preço na bomba, devido à safra muito boa que tivemos. Mas, existem vários motivos que levaram ao aumento do consumo do etanol. O setor percebeu que, mesmo com o preço favorável do etanol em relação à gasolina, o consumidor não respondia positivamente. A explicação está no período de preços elevados, por causa das safras ruins e baixa produtividade em 2010, 2011 e 2012. Isso fez com que o consumidor se acomodasse com o preço da gasolina. A campanha tem o objetivo de relembrar que o etanol também pode ser economicamente interessante, além de contribuir para a qualidade do ar e a saúde pública. Essas questões não aparecem diretamente no preço. É importante fixar na cabeça do consumidor, na hora de escolher o combustível, que o etanol pode ser economicamente vantajoso, mas as suas outras vantagens não estão no preço. Essa é a ideia da campanha. Seus resultados ainda estão em avaliação. ■

Macroeconomia

Alta do dólar

Rogério Mori*

AO LONGO das últimas semanas, a cotação da moeda norte-americana subiu de forma relativamente constante. Muitos previam que o dólar fecharia o ano de 2013 em torno de R$ 2,25 e projetaram um cenário macroeconômico relativamente estável até o final do ano. A realidade dos fatos provoca mudanças consideráveis nestas projeções, e muitos apostam em um dólar bem acima dos R$ 2,50 para o fechamento de 2013.

De fato, analisando-se de um espectro de prazo mais longo, sempre esteve claro que a moeda brasileira encontrava-se significativamente apreciada em termos reais ao longo dos últimos anos. Esse processo foi uma decorrência clara dos ingressos de moeda estrangeira motivados pela piora do cenário econômico e financeiro internacional. Sob essa perspectiva, a crise de 2008 abalou consideravelmente os alicerces do sistema financeiro norte-americano, ao mesmo tempo que a economia dos EUA perdia dinamismo. Do lado da Europa, a recessão econômica foi conjugada a excessos de endividamento por parte de vários governos pertencentes à Zona do Euro. Isso elevou consideravelmente a percepção de risco da região. Nesse contexto de maior incerteza e menor crescimento das economias desenvolvidas, a economia brasileira despontou como uma espécie de porto seguro para investimentos estrangeiros.

Os efeitos desse fenômeno sobre a taxa de câmbio brasileira foram palpáveis, e o que se verificou foi um fortalecimento da moeda nacional em termos reais em patamares nunca verificados nos últimos vinte anos. Esse processo diminuiu consideravelmente a competitividade de vários setores da economia brasileira em relação à concorrência externa. Sob essa ótica, a indústria nacional foi uma das que mais sofreu ao longo dos últimos anos, com uma redução considerável de sua participação na nossa economia.

O fortalecimento da moeda brasileira em termos reais relativamente às demais moedas se fez sentir claramente sobre as contas externas do País. Não sem razão, o superávit comercial brasileiro, que chegou a ser expressivo em alguns momentos da década passada, se tornou um déficit ao longo do primeiro semestre deste ano. Esse fenômeno, conjugado ao déficit da balança de serviços e rendas, ampliou significativamente o déficit em transações correntes brasileiro nos últimos anos, e o País passou a depender cada vez mais de ingressos de capitais externos para fechar suas contas externas.

O que se observa, no momento, em relação à taxa de câmbio pode ser o início de um processo que era esperado há tempos. De fato, as contas externas brasileiras e o comportamento da taxa de câmbio refletiram, em grande medida, a disponibilidade de capitais externos dispostos a financiar o Brasil. À medida que o cenário internacional começa a dar mostras de melhoria, como é o caso da economia norte-americana, esses ingressos tendem a diminuir, e, na ocorrência desse fenômeno, a cotação do dólar tende a subir e exageros são evitados apenas com movimentos de venda de moeda estrangeira por parte do Banco Central.

De qualquer forma, esse tende a ser um sinal relativamente positivo para o setor produtor de bens comercializáveis com o exterior da economia brasileira. Com a alta da cotação do dólar, a competitividade deste setor tende a ser ampliada no médio prazo e sua produção tende a ser estimulada. Na esteira desse processo, é razoável supor que a balança comercial brasileira volte a registrar superávits mais adiante.

A problemática de curto prazo, no entanto, remonta à questão da inflação brasileira. Os indicadores de inflação, apesar da trégua de curto prazo por conta de alguns fatores não recorrentes, ainda acumulam alta de mais de 6% no acumulado em doze meses. O Banco Central, em função desse quadro, mantém em curso uma política monetária contracionista, e todos apostavam em uma alta moderada da taxa básica de juros – Selic – daqui até o final do ano.

No entanto, a alta do dólar representa um ingrediente novo nesse processo, uma vez que tende a gerar pressões adicionais sobre a inflação no médio prazo. A grande dúvida do momento reside em saber até que ponto esse efeito inflacionário ocorrerá e qual o grau de aperto relativo da política monetária que o Banco Central imprimirá daqui até o final do ano em função desse novo fator. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br

SHOW DE PRODUTIVIDADE EM SOJA



O quinto ano do Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja, concurso realizado entre produtores de todo o Brasil pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB), mostrou resultados surpreendentes. Os dez primeiros colocados conquistaram uma média de 103,8 sacas/hectare contra a média nacional de 48,9 sacas/hectare. O campeão da região Sul e nacional Hans Jan Groenwold e o consultor técnico Lucas Simão Hubert, do município de Castro-PR, conseguiram produzir 110,55 sacas por hectare utilizando tecnologias e técnicas inovadoras de plantio.

VBC DEVE AUMENTAR 10,8%

De acordo com a última atualização da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE/MAPA), o Valor Bruto da Produção (VBP) para 2013 deve crescer 10,8% em relação ao ano passado, com um valor estimado de R$ 275,89 bilhões. Dentre as culturas, o milho e a soja destacam-se, com 43% do VBP estimado para este ano, totalizando R$ 118,7 bilhões. Também tiveram aumento produtos como laranja, cana-de-açúcar, batata-inglesa, fumo, tomate, trigo, arroz, banana e feijão. As regiões Sul e Sudeste estão recuperando-se das perdas ocorridas nas lavouras devido às secas no ano passado. A previsão para o Norte e Centro-Oeste é de estabilização, e Nordeste, Sudeste e Sul podem ter aumento de 6,7%, 19,8% e 25,9%, respectivamente.

GOVERNO LIBERA R$ 5,803 BI PARA CAFÉ

Diante da crise pela qual passa a cafeicultura brasileira, o Governo disponibilizou R$ 5,803 bilhões para atender as necessidades da cadeia produtiva do setor. Entre as medidas, está o lançamento de contrato de opções de venda para 3 milhões de sacas ao preço de R$ 343, com vencimento previsto para março de 2014, o que implica mais R$ 1,03 bilhão às políticas estratégicas do setor. A destinação total de recursos à cafeicultura para a safra atual é considerada pelo Ministério da Agricultura como a maior já registrada na história. A Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé) considerou positiva a série de medidas para o setor cafeeiro.

GRÃOS, CANA E LARANJA: OS NÚMEROS DA CONAB



O último levantamento da Conab sobre a safra nacional de grãos do período 2012/2013 reafirmou o novo recorde: 186,15 milhões de toneladas, aumento de 12,1% em relação ao mesmo período no ano anterior, quando chegou a 166,20 milhões de toneladas. Foram feitos, também, levantamentos das safras de cana-de-açúcar (nacional) e de laranja no estado de São Paulo – responsável por 70% da produção brasileira. A cana-de-açúcar deve chegar a 652 milhões de toneladas, com um aumento de 10,7% sobre as 588,92 milhões de toneladas da safra 2011/12. A produção comercial de laranja dos pomares paulistas está estimada em 296,8 milhões de caixas de 40,8 kg, sendo que 14,7 milhões de caixas poderão configurar perdas ou pouca expressão econômica.

ABAG EXIGE ATENÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO

Propor uma agenda com ações concretas para atender as principais demandas do agronegócio brasileiro e exigir dos governantes, políticos e até de futuros candidatos um compromisso de que executarão as medidas propostas pelas lideranças do setor foram algumas das principais conclusões tiradas pela ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) no 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio, que reuniu 820 participantes, em São Paulo. Entre os pontos destacados nas palestras e debates, estão (i) a segurança jurídica para cumprir os marcos regulatórios, desenvolver esforços para regularização fundiária, estabelecer uma política de seguro agrícola para mitigar o risco do produtor com relação a pragas, doenças e adversidades climáticas; e (ii) o maior empenho e prioridade na execução de obras, de modo a acabar ou reduzir os gargalos logísticos e de transporte que tanto prejuízo causam ao segmento e que foram o tema principal do evento.

APTA DESENVOLVE CAVIAR DE TRUTA


ARQUIVO APTA

O consumidor brasileiro poderá comer caviar ao preço de R$ 20,00 o pote de 40 g. É claro que não se trata do caviar de esturjão, que varia de R$ 480,00 a R$ 1.500,00, mas, sim, de produto similar desenvolvido a partir de ovas de truta arco-íris pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), por meio do Instituto de Pesca (IP-APTA) e da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Campos do Jordão. Trata-se de trabalho científico inédito. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o caviar e sucedâneos importados no Brasil são consumidos basicamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 2001, foram importados 457 kg destes produtos, enquanto, em 2010, o número saltou para 6.931 kg, ou seja, um incremento de 758%. Até abril de 2011, o País importou 864 kg de caviar e sucedâneos, sendo 166 kg para São Paulo e 698 kg para o Rio de Janeiro.

BRASIL E EUA DISCUTEM EXPORTAÇÃO DE CARNES

A possibilidade de atuação conjunta na área de Biotecnologia e a entrada de carne bovina *in natura* no mercado norte-americano foram os principais temas do encontro do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Antônio Andrade, com o secretário de Agricultura norte-americano, Thomas J. Vilsack, além dos senadores Debbie Stabenow e Roy Blunt e de uma delegação composta por vinte e uma pessoas, para tratar da relação comercial com os Estados Unidos. Também foram discutidas as exportações americanas de bovinos vivos, carnes suína e bovina. Segundo o MAPA, haverá esforço, por parte dos EUA, para tentar resolver alguns problemas em relação a essa demanda até a visita da presidenta Dilma Rousseff àquele país, marcada para outubro deste ano.

CARNE DE FRANGO PARA O MÉXICO

Os mexicanos aceitaram as garantias sanitárias do Brasil e, pela primeira vez, importarão carne de frango e ovos férteis brasileiros. A documentação que viabiliza a relação comercial já foi enviada pelos mexicanos para o Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As negociações com o México fazem parte da estratégia do governo federal para a abertura de novos mercados na América Latina para produtos do agronegócio brasileiro.

LIBERADA A COMERCIALIZAÇÃO DE QUEIJO ARTESANAL

A revisão da norma que irá facilitar o registro de queijos artesanais tradicionalmente produzidos a partir de leite cru foi divulgada pelo ministro da Agricultura, Antônio Andrade. Com a publicação desta instrução normativa, o produtor deste tipo de queijo, maturado em período inferior a sessenta dias, poderá comercializar seu produto por todo País. A nova norma determina que, além de produtores com propriedades certificadas pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), aqueles que tiverem suas propriedades controladas para brucelose e tuberculose pelos órgãos estaduais de Defesa Sanitária Animal no prazo de três anos, a contar da data da publicação, também poderão comercializar os queijos artesanais. A comercialização estava restrita a queijarias situadas em região de indicação geográfica e propriedades certificadas pelo PNCEBT.

APROVADO PROJETO DE LEI QUE CRIA A ANATER

Foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 5.740/2013, que autoriza a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A extensão rural voltará a exercer o papel que assumia antes de ser transferida para as prefeituras: atender os produtores rurais na adoção de tecnologias e gestão de suas propriedades. O projeto de lei, da forma como foi aprovado, além de atender a agricultura familiar, reconhece a importância da inclusão dos médios produtores nas políticas afeitas ao acompanhamento técnico especializado. Outro fator importante é que a Anater viabilizará a integração da pesquisa agropecuária e a extensão rural. A municipalização fez a extensão rural cair no descrédito e quase a extinguiu. O projeto de lei segue o trâmite para ser finalizado na Câmara dos Deputados e, em seguida, será encaminhado ao Senado.

"A escassez de pessoal qualificado impacta na produtividade e, consequentemente, no lucro ao produtor."

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS, consultor da MB Agro Consultoria e Assessoria, na Bienal da Agricultura, em Cuiabá-MT

"A inserção deste tema em eventos reafirma a necessidade de construção de um sistema de logística no País. Temos que acelerar a vinda de políticas públicas. Em cinco anos, teremos um Brasil diferente."

KÁTIA ABREU, senadora e presidente da CNA, na cerimônia de abertura da Bienal dos Negócios da Agricultura Brasil Central 2013, em Cuiabá-MT

"O Brasil ganha cada vez mais importância no cenário mundial da produção de alimentos e bioenergia, pois, além de ter a tarefa de dar conta de 40% do aumento esperado para a demanda global de alimentos até 2020, também já é, hoje, um importante formador de preços para várias *commodities*. Mas, a precariedade da logística reduz nossa competitividade internacional."

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da ABAG, ao discursar na abertura do 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio, em São Paulo



CONSTRUIRSUSTENTAVEL.COM.BR

O gargalo logístico que afeta o agronegócio não será resolvido em apenas um ano, porque não se faz uma obra neste período. Serão necessários, no mínimo, três a quatro anos para que os resultados comecem a aparecer. Isso, é claro, se todos os investimentos anunciados resultarem em obras."

AFONSO MAMEDE, presidente da Sobratema (Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração), durante o 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio

"Ainda há muitas áreas já cultivadas cuja produtividade pode ser melhorada. Só no caso de milho, existem, hoje, 2,6 milhões de hectares com baixa produtividade."

EDUARDO ASSAD, pesquisador da Embrapa, em palestra no 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio

"Além do modal de transporte ser inadequado, o custo logístico é muito alto, de cinco a seis vezes mais caro se comparado ao custo para um produtor nos Estados Unidos ou na Argentina. Por isso, os investimentos são necessários, urgentes e deveriam ter sido para ontem."

JORGE KARL, diretor presidente da Cooperativa Agrária Agroindustrial, no 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio

"O que seria do Brasil se não fosse o MST? Respondo ao Lula, tranquilamente: mais produtivo e fraterno no campo."

XICO GRAZIANO, ex-secretário da Agricultura e secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no último dia 6 de agosto

"Nossa agricultura é uma das maiores e mais avançadas do planeta. Somos campeões em produtividade e sustentabilidade. O campo está colhendo a maior safra de toda a história do País, mas ainda não tem o reconhecimento que lhe é devido."

ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em artigo publicado em O Globo, no último dia 13 de agosto

Zona do Euro

Boas notícias

Felippe Serigati*

DO SEGUNDO semestre de 2001 até metade do segundo semestre de 2012, a crise na Zona do Euro dominou o noticiário econômico internacional. Após um longo período sem notícias preocupantes, finalmente, chega uma notícia realmente boa desta região: as economias europeias pararam de cair; algumas até registraram um pequeno crescimento no segundo trimestre deste ano.

A Alemanha, maior economia do bloco, cresceu 0,7%, seguida pela França (0,5%), a segunda economia. Puxada por estes números, a Zona do Euro como um todo cresceu 0,3% em relação ao primeiro trimestre de 2013. Embora alguns países ainda permaneçam em recessão, a notícia também é boa nesses casos: as economias estão encolhendo menos.

Quais são as origens das boas notícias vindas da Zona do Euro?

É possível atribuir essa melhora no cenário europeu à atuação do Banco Central Europeu (BCE). No final da primeira metade do segundo semestre do ano passado, o BCE implementou um programa permanente que fornece garantia aos credores das dívidas dos países mais problemáticos, com especial destaque para a Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda. Este programa reduziu o risco associado à rolagem das dívidas destes países.

Além dessa decisão, merece destaque a sinalização feita pelo presidente do BCE, o italiano Mario Draghi, de que o banco permaneceria com sua taxa de juros em patamares baixos até que as economias do bloco finalmente passassem a dar claros sinais de recuperação. Como resultado da combinação dessas duas políticas, a rolagem da dívida passou a ser algo viável e a recuperação das economias, uma tarefa possível. A melhora do humor do mercado com relação às economias do bloco refletiu-se, por exemplo, na capacidade que alguns países, como Portugal e Irlanda, tiveram de captar recursos nos mercados privados, mesmo sem o apoio direto do BCE.

Essas boas notícias podem ser consideradas um sinal consistente da recuperação da região?

Apesar desses números favoráveis e da reação otimista do mercado, eles não representam um sinal claro de que a crise na Zona do Euro seja assunto do passado. Há muitos desequilíbrios ainda a ser ajustados por lá. Dois deles merecem especial destaque: (i) a fragilidade do sistema bancário europeu; e (ii) o elevado estoque de dívida de diversos países do bloco. Para entendê-los, é necessário lembrar a origem do momento mais crucial dessa crise.

A crise na Zona do Euro entrou em seu momento mais agudo quando ficou claro que a Grécia não tinha qualquer condição de rolar a sua dívida; os credores privados não estavam mais acessíveis a este país. O problema maior não era a Grécia declarar a moratória, afinal esta é uma economia muito pequena diante do restante do bloco. O problema maior é que o balanço de diversos bancos europeus estava em situação ainda muito delicada e poderia não suportar os prejuízos decorrentes do calote grego. Em outras palavras, o problema da Zona do Euro não era a Grécia, mas, sim, a frágil situação dos seus bancos. Os gregos eram, na verdade, a gota d'água que poderia fazer o sistema bancário europeu desmoronar.

Houve um esforço muito grande por parte do BCE, da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para organizar um entendimento entre os credores e as autoridades gregas, a fim de evitar um calote desorganizado. Infelizmente, ao longo desse processo, os bancos também passaram a ficar cada vez mais relutantes em rolar as dívidas de

Crescimento real das economias da Zona do Euro (% com ajuste sazonal)

País	2012				2013	
	1° trimestre	2° trimestre	3° trimestre	4° trimestre	1° trimestre	2° trimestre
Alemanha	0,7	- 0,1	0,2	- 0,5	0,0	0,7
Espanha	- 0,4	- 0,4	- 0,3	- 0,8	- 0,5	- 0,1
França	0,0	- 0,3	0,2	- 0,2	- 0,2	0,5
Holanda	- 0,3	0,4	- 0,9	- 0,6	- 0,4	- 0,2
Irlanda	- 0,6	0,8	- 1,0	- 0,2	- 0,6	n.d.
Itália	- 1,0	- 0,6	- 0,3	- 0,9	- 0,6	- 0,2
Portugal	- 0,1	- 1,1	- 0,9	- 1,8	- 0,4	1,1
Zona do Euro	**- 0,1**	**- 0,2**	**- 0,1**	**- 0,6**	**- 0,3**	**0,3**

n.d. = dado não disponível
Fonte: Eurostat

outros países com economia mais frágil, como Portugal, Espanha, Irlanda e, até mesmo, Itália. Com isso, a crise na Zona do Euro se agravou.

A criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM – European Stability Mechanism) viabilizou um alívio para a situação destes países e dos bancos europeus. Este mecanismo conta com um programa de assistência financeira instantânea para os membros da Zona do Euro com dificuldade para refinanciar suas dívidas. Apesar de este programa ter proporcionado um período de menor turbulência e os números favoráveis já mencionados, o problema central da crise europeia ainda não foi resolvido: a fragilidade do balanço desses bancos.

Obstáculo 1: a fragilidade do balanço dos bancos europeus

Este continua sendo o principal obstáculo para a retomada consistente do crescimento das economias europeias. Enquanto os bancos não apresentaram claramente balanços mais sólidos, a oferta de crédito para as empresas e para as famílias locais continuará travada. Embora o ESM conte com um instrumento para a recapitalização dos bancos, ainda não está claro qual banco realmente está saudável; qual tem condições de ser socorrido; e qual terá que ser liquidado. Associada a essa incerteza, está a lacuna sobre a qual o montante de recursos terá que ser levantado para capitalizar todas essas instituições. Além disso, caso algumas instituições financeiras tenham que ser liquidadas, poucos países têm condições de assumir esse prejuízo, afinal diversas economias ainda contam com um estoque de dívida muito elevado.

Obstáculo 2: os países continuam endividados

Obviamente, o elevado estoque de dívida de diversos países continua sendo um problema. Quanto mais elevada for a proporção da dívida de um país com relação ao seu PIB, maior será a desconfiança dos agentes e maior será a dificuldade encontrada para rolar sua dívida. Uma das soluções propostas para esse problema é a adoção de políticas de austeridade, promovendo cortes nos orçamentos públicos e elevação dos impostos.

No curto prazo, políticas de austeridade reduzem o crescimento econômico, diminuem os investimentos do setor privado, aumentam o desemprego e contraem a renda das famílias. Consequentemente, causam insatisfação da sociedade e deterioram o apoio que os governantes precisam ter para prosseguir com as políticas necessárias para trazer a dívida de volta a uma trajetória sustentável. Nessa situação, o estoque de dívida permanece elevado; esses países continuarão tendo dificuldade para acessar o mercado de crédito; e o crescimento na Zona do Euro não será retomado de forma consistente.

Enfim, enquanto o balanço dos bancos europeus não apresentar uma situação mais sólida e o estoque de dívida de alguns países não retomar uma trajetória sustentável, a Zona do Euro não irá crescer de forma sustentável. Isso significa que, apesar das boas notícias, a situação por lá ainda não está resolvida; significa apenas que ela deixou de piorar – o que já é motivo para comemoração. ■

Estoque de dívida como proporção do PIB (%)

País	2012				2013
	1° trimestre	2° trimestre	3° trimestre	4° trimestre	1° trimestre
Alemanha	81,1	82,5	81,7	81,9	81,2
Irlanda	106,8	110,5	117,1	117,4	125,1
Grécia	136,5	149,2	151,9	156,9	160,5
Espanha	73,0	76,0	77,4	84,2	88,2
França	88,9	90,8	89,8	90,2	91,9
Itália	123,8	125,8	127,1	127,0	130,3
Holanda	66,7	68,4	69,6	71,3	72,0
Portugal	112,3	118,0	120,8	123,7	127,2
Zona do Euro	**88,2**	**89,9**	**89,9**	**90,6**	**92,2**

Fonte: Eurostat

O euro e o dólar nas alturas

Desde o final do primeiro trimestre deste ano, as cotações do dólar e do euro estão subindo. Desde o início de abril, o dólar já ficou 20% mais caro em relação ao real e o euro, 24% – ambos em termos nominais. Esse enfraquecimento do real deve-se tanto à recuperação da economia norte-americana e às boas notícias vindas da Europa, quanto à deterioração do ambiente econômico no Brasil. Com relação a este último ponto, merece destaque:

• o persistente crescimento pífio da economia nacional;

• a resistência do Banco Central quanto a derrubar de forma mais contundente a inflação;

• o desgaste da credibilidade do Governo junto aos agentes econômicos; e

• a perda do apoio popular aos governantes, que levou ao conjunto de manifestações populares demandando maiores gastos públicos.

Embora essa rápida desvalorização da moeda nacional traga maior pressão sobre a inflação a partir do final do terceiro trimestre e possa prejudicar a capitalização de empresas endividadas em dólar, ao menos os exportadores de *commodities* poderão recuperar parte das perdas decorrentes da queda do preço dos seus bens.

*Doutor em Economia pela FGV/EESP e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)

Confinamento

Perspectivas para 2013

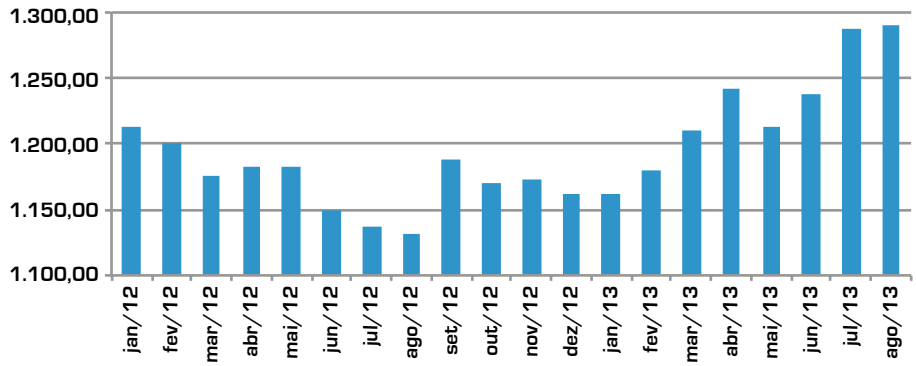
Rafael Ribeiro[1]
Gustavo Aguiar[2]
Alcides Torres[3]

EM 2012, a alta de preços dos insumos e as cotações em patamares elevados do boi magro pesaram na quantidade de bovinos confinados e no resultado econômico do confinamento no Brasil. A margem foi apertada para quem confinou e não planejou a compra de insumos e/ou estratégias de proteção de preços. Além das cotações dos insumos e do boi magro, o pecuarista avalia os preços futuros de venda do bovino terminado.

Considerando um valor médio de dietas de R$ 5,38/cabeça/dia, com frete, e ganho de peso diário de 1,65 kg, temos um lucro de R$ 60,31 por bovino confinado em 2013, em São Paulo. A depreciação foi considerada de acordo com um confinamento de dois ciclos, com 3 mil animais em cada ciclo produtivo. O valor da depreciação pode variar de acordo com a escala de produção do confinamento; uma quantidade maior de animais diluiu o custo com depreciação, alterando o resultado final. O lucro operacional no primeiro ciclo, nesse caso, foi de R$ 180.927,99. A rentabilidade foi de 2,8%.

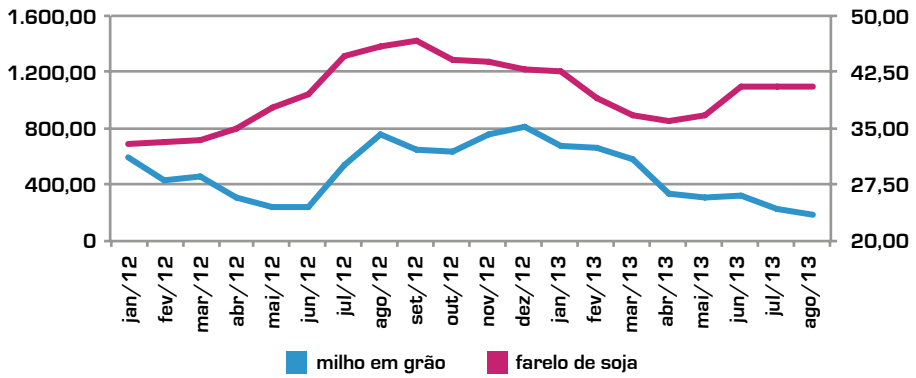
Vale ressaltar que essa rentabilidade pode variar de acordo com as negociações e o modo como o confinador vai usar seu capital de giro no confinamento. Uma boa negociação nas compras da reposição e de insumos, devido à participação destes no custo operacional total, é o diferencial para o sucesso.

São Paulo: Preço médio do boi magro (12 @) anelorado (valores nominais – R$/cabeça)



Fonte: Scot Consultoria

São Paulo: Preço do milho em grão (R$/saca) e preço do farelo de soja (R$/tonelada)



Fonte: Scot Consultoria

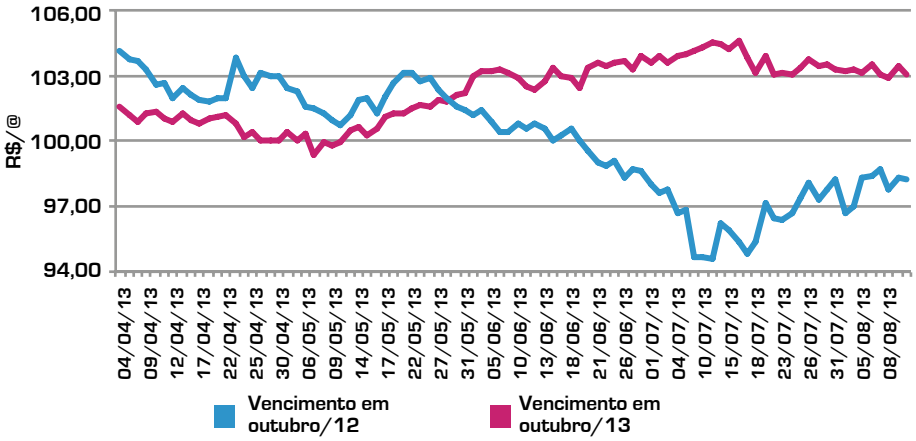
Compra do boi magro

A compra do boi magro representa entre 70% e 80% dos custos operacionais totais de um confinamento. Estes são compostos pelas despesas com a compra do boi magro, alimentação, mão de obra, combustíveis, sanidade e energia elétrica, entre outros. Os preços dos animais de reposição estão firmes e em patamares historicamente elevados. O boi magro (12 @) anelorado está cotado, em média, em R$ 1.290,00 por cabeça em São Paulo. Em agosto (mês de referência) do ano passado, o boi magro foi comercializado, em média, por R$ 1.132,00.

Alimentação

A alimentação representa de 20% até 25% dos custos operacionais totais de um confinamento, dependendo da dieta. Em 2012, o preço do milho e do farelo de soja

BM&FBOVESPA: Evolução do preço do contrato de boi gordo, vencimento em outubro/12 e outubro/13 (R$/@)



Fonte: BM&FBOVESPA

foram as grandes dores de cabeça no que diz respeito aos alimentos concentrados. Os preços destes insumos apresentaram altas expressivas, em função da quebra da safra norte-americana e da demanda mundial firme.

Na região de Campinas, em São Paulo, o preço do milho subiu 38,8% entre junho e agosto de 2012. Já o preço do farelo de soja mais do que dobrou de janeiro a agosto do ano passado. A expectativa para 2013 é de preços mais baixos para os alimentos concentrados. O pecuarista está pagando 31,3% a menos pelo milho e 16,7% a menos pelo farelo de soja, em relação a agosto de 2012.

A maior disponibilidade interna de milho, com uma produção recorde na segunda safra, derrubou o preço do grão. A pressão aumentou com a colheita do milho de segunda safra no Brasil e a expectativa de uma boa produção nos Estados Unidos em 2013/14. Os norte-americanos devem colher 354,9 milhões de toneladas de milho na temporada atual, frente às 273,8 milhões de toneladas colhidas na safra passada. O milho e o farelo de soja mais baratos pressionam os preços dos demais alimentos concentrados energéticos e proteicos.

Preços futuros

Os preços futuros do boi gordo variaram pouco em 2013. Considerando as cotações desde abril, a oscilação máxima para o contrato com vencimento em outubro/13 foi de R$ 5,00/@, entre maio e a primeira quinzena de julho. Ou seja, para quem especula no mercado futuro, o ano de 2013 está relativamente parado.

O pecuarista que conhece os seus custos de produção teve a oportunidade de travar o preço da arroba do boi gordo (vencimento em outubro de 2013) em R$ 104,61. A referência no mercado físico é R$ 101,00 por arroba, à vista (14/8).

Considerações finais

O confinamento de bovinos, embora apresente tendência de expansão, será corrente apenas entre pecuaristas profissionais. As margens são estreitas, e não há espaço para erros. São inúmeros os fatores envolvidos no resultado da atividade; por isso, o manejo e a gestão são importantes para um resultado positivo.

Em 2013, a alimentação deverá pesar menos no bolso do confinador, mas o preço do boi magro e os preços pouco "atraentes" no mercado futuro devem fazer com que o pecuarista tenha cautela. Ficar exposto às variações do mercado representa um grande risco; daí a importância de se trabalhar com ferramentas de gestão de risco e de se proteger de uma alta de insumos e/ou queda no preço da arroba. ■

Parâmetros do confinamento

Parâmetros	Valores
Dias de cocho	90
Ganho de peso diário (kg)	1,65
Peso de entrada (kg)	360
Peso de entrada (@)	12
Peso de saída (kg)	508,5
Rendimento de carcaça (%)	55
Peso de saída (@)	18,65
Custo do boi magro (12@)	R$ 1.290,00
Custo da diária de alimentação (R$/cabeça/dia)	R$ 5,38
Custo da diária operacional (R$/cabeça/dia)	R$ 0,75
Custo da diária total (R$/cabeça/dia)	R$ 6,13
Custo da arroba produzida	R$ 85,55
Depreciação por animal	R$ 16,75
Custo animal total (R$)	**R$ 1.858,45**
Preço da arroba (venda) (R$)*	R$ 102,91
Receita animal (R$)	R$ 1.918,76
Lucro animal (R$)	**R$ 60,31**

*Fechamento do dia 16/8/2013 para contrato de outubro/13 no mercado futuro
Fonte: Scot Consultoria

Lucro da atividade em um confinamento de 3 mil cabeças em 2013

Parâmetros	Valores
Lucro por animal	R$ 60,31
Animais confinados	3.000,00
Lucro operacional	R$ 180.927,99
Rentabilidade sem capital de giro	**19,30%**
Rentabilidade com capital de giro	**2,78%**

Fonte: Scot Consultoria

1 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Vinhos na África do Sul

História com mais de trezentos anos

Gilmar Paulo Henz[1]
Carolina H. von der Weid[2]

OS VINHOS são o mais importante e emblemático produto agrícola sul-africano de exportação. O pioneirismo da indústria vinícola coube ao fundador da Cidade do Cabo, Jan van Riebeeck, em Constantia, arredores do novo povoado, em registro escrito datado de 2 de fevereiro de 1659, apenas sete anos após a Companhia das Índias Ocidentais ter construído um entreposto para abastecimento de seus navios. Em 1685, o novo governador do Cabo da Boa Esperança, Simon van der Stel, comprou 750 hectares para incrementar a indústria vinícola local. Outro marco da história colonial agrícola foi a fundação da cooperativa KWV (Koöperatieve Wijnbouwers Vereninging van Zuid-Afrika Bpkt), em 1918, na província do Cabo Ocidental, que dominou a produção vinícola sul-africana até a década de 90, quando acabou o regime do *apartheid*.

Em 1973, foi implementado um sistema de "origem do vinho" (Wines of Origin – WO), que estabelece uma hierarquia para designar as distintas regiões produtoras, em unidade geográfica, região, distrito e *ward*. Os vinhos acreditados por este sistema devem ser integralmente produzidos a partir de uvas provenientes de uma área específica, que pode ser um "vinhedo único", termo utilizado para designar áreas menores do que 5 hectares, ou "vinhedo de condomínio", que pode abrigar vinhedos em áreas adjacentes, desde que sejam cultivados de forma conjunta e o vinho, produzido no próprio local. A África do Sul também adota uma denominação similar ao *terroir* europeu para distinguir áreas com tipos de solo e/ou clima diferentes. O sistema também contempla um controle restrito de todas as etapas do processo, desde a colheita das uvas até a obtenção do produto final, que deve cumprir os requerimentos básicos em relação à origem, variedade e *vintage*. As garrafas de vinho produzidas no sistema WO possuem um selo de certificação no rótulo, passível de rastreabilidade.

Logo depois do fim do regime do *apartheid*, em 1994, e da consequente reintegração da economia sul-africana ao comércio internacional, houve um rápido renascimento e desenvolvimento da indústria vinícola local, com a contratação de especialistas internacionais, particularmente de europeus, que recomendaram a adoção de técnicas de cultivo modernas, com variedades reconhecidas internacionalmente, como Shiraz, Cabernet Sauvignon e Chardonnay, de acordo com as demandas do mercado global.

Atualmente, a província do Cabo Ocidental abriga as principais regiões produtoras de vinho do país, como Paarl, Stellenbosch e Worcester. Além das vinícolas, a região tem grande poder de atração turística, sendo a visita e degustação de vinhos um dos passeios prediletos dos visitantes, particularmente dos estrangeiros.

A indústria vinícola em 2012

A SAWIS (South African Wine Industry Information and Systems) publicou, recentemente, estatísticas do setor vinícola em 2012. Foram cultivados 131 mil hectares com videiras, o que corresponde a 1,7% da área mundial, colocando a África do Sul na 11ª posição mundial, ainda muito distante da primeira colocada Espanha, com mais de 1 milhão de hectares e 13,4% da área mundial. Em produção de vinhos, a África do Sul é o 8º maior produtor, com 1.095 milhão de litros, correspondente a 4,0% da produção mundial.

Os vinhos varietais brancos corresponderam a 55,1% da produção sul-africana, sendo Sauvignon Blanc (9,5%) e Chardonnay (7,5%) os mais importantes. Já os vinhos varietais tintos mais relevantes foram o Cabernet Sauvignon (11,8%), Shiraz (10,5%), Pinotage (6,9%) e Merlot (6,3%).

Pinotage é uma variedade de videira sul-africana, atingida a partir do cruzamento de Pinot Noir e Cinsault, obtida em 1924 pelo professor Perold, na Universidade de Sttelenbosch. Atualmente, é a variedade emblemática da indústria vinícola local.

Exportações em 2012

O mercado mais importante para o vinho sul-africano é a Europa, particularmente o Reino Unido e a Alemanha. Uma das características relevantes das exportações para os dois maiores importadores é o grande volume de vinho a granel, diferentemente dos Estados Unidos, onde o vinho sul-africano engarrafado tem seu melhor mercado, alcançando maior preço médio.

Outros mercados importantes para o vinho sul-africano são a Suécia, país muito exigente em questões ambientais, de comércio socialmente justo e sustentabilidade, e a Federação Russa. Em termos continentais, a Europa é o maior mercado, porque, além do Reino Unido e Alemanha, inclui a Holanda, Dinamarca, França, Bélgica, Itália, Finlândia e Suíça. O Canadá é o 7º maior importador e a China é o 12º. O produto sul-africano também é exportado para outros países do continente africano, como Angola (14º), Quênia (18º), Nigéria (19º) e Tanzânia (23º).

De acordo com projeções, as exportações de vinho sul-africano a granel não são sustentáveis, e o mercado global deverá estar normalizado em 2014. As entidades representativas do setor apostam no reconhecimento da qualidade dos vinhos engarrafados locais para ganhar espaço no mercado internacional.

Tendências da indústria vinícola sul-africana

As exportações sul-africanas de vinho passaram de 373 milhões de litros, no período de julho de 2011 a junho de 2012, para 489 milhões de litros, no mesmo período 2012-2013. O volume exportado no primeiro semestre de 2013 corresponde a um aumento de 40% em relação a 2012, sendo a maior parte a granel, resultante das safras recordes de uva em 2012 e 2013 no Cabo Ocidental, da recente desvalorização do rand sul-africano e da redução da oferta de vinho no mercado mundial, ocasionada pela quebra da safra europeia.

A indústria vinícola sul-africana tem experimentado notável desenvolvimento desde a redemocratização do país, que resultou em rápido crescimento do número de vinícolas e do volume de vinho exportado. Entretanto, a maior parte das vinícolas tem pequena capacidade de processamento de uvas, menos de 100 toneladas ao ano, as relações trabalhistas estão cada vez mais complexas e o consumo interno de vinho tem sofrido declínio. Ao mesmo tempo, o desempenho das exportações sul-africanas tem sido inferior a alguns competidores internacionais, como Chile e Austrália.

Um dos dilemas atuais da indústria vinícola sul-africana é o aumento das exportações de vinho a granel, principalmente para o Reino Unido. Para vencer a recessão e ganhar mercado, as principais redes varejistas britânicas estão operando com marcas próprias, pressionando os preços dos fornecedores de vinho a granel do mundo todo, fazendo o processo de mistura de vinho de diversas procedências e engarrafamento localmente. O problema é a perda de identidade do vinho sul-africano, o baixo preço do produto e a ausência de rastreabilidade ou possibilidade de monitoramento da qualidade após o embarque do produto no porto.

Os países do grupo BRICS também têm sido o foco das exportações sul-africanas. A China e a Rússia têm aumentado sobremaneira as importações do produto sul-africano nos últimos anos, enquanto, no Brasil, o crescimento tem sido mais discreto, considerando as vantagens competitivas que os vinhos chilenos e argentinos experimentam no mercado nacional. ■

Números da indústria vinícola sul-africana nos últimos três anos

Produção de uvas	2010 (t)	2011 (t)	2012 (t)
Variedades brancas	812.894	802.937	915.711
Variedades tintas	375.236	415.062	428.188
Uva de mesa	73.179	84.531	70.575
Total	**1.261.309**	**1.302.530**	**1.414.471**

Produção de vinhos	2010 (milhões de litros)	2011 (milhões de litros)	2012 (milhões de litros)
Vinho	779,8	831,2	870,9
Vinho fortificado	39,6	34,2	62,3
Vinho destilado	113,3	107,2	121,8
Suco/concentrado	52,1	40,2	40,1
Total	**984,1**	**1.012,8**	**1.095,1**

Exportações	2010 (milhões de litros)	2011 (milhões de litros)	2012 (milhões de litros)
Vinho branco	161,0	159,9	216,0
Vinho tinto	183,9	169,2	162,9
Vinho *rosé*	26,0	21,3	30,0
Vinho fortificado	0,4	0,4	0,3
Espumante	7,2	6,6	8,0
Total	**378,5**	**357,4**	**417,2**

Fonte: SAWIS – South African Wine Industry Information and Systems

Principais países importadores do vinho sul-africano, volume e preço médio do produto a granel e engarrafado em 2012

País importador	Volume (milhões de litros)	Preço médio (US$/litro[1])	Preço do vinho a granel (US$/litro[1])	Preço do vinho engarrafado (US$/litro[1])
Reino Unido	91.111	1,28	0,86	2,34
Alemanha	77.541	1,13	0,61	2,87
Suécia	33.038	1,73	0,54	2,37
Rússia	31.645	0,60	0,51	2,37
EUA	23.151	1,62	0,56	3,20

1 Câmbio em 06/08/2013: US$ 1.00 = 9,85 rands
Fonte: SAWIS – South African Wine Industry Information and Systems

Este artigo reflete a opinião dos autores, e não da instituição que represetam.

1 Adido agrícola na Embaixada do Brasil na África do Sul
2 Primeira secretária na Embaixada do Brasil na África do Sul

Setor sucroalcooleiro

Efeitos da mecanização da colheita na saúde

Carlos Santejo Saiani[1]
Bruno Benzaquen Perosa[2]

UMA DAS principais queixas das populações que vivem nas proximidades de plantações de cana-de-açúcar refere-se à qualidade do ar em decorrência do processo de queima que antecede a colheita da safra. Tal prática é adotada para aumentar a produtividade dos cortadores, reduzindo a incidência de lesões causadas pelas folhas cortantes das plantas e por ataques de cobras e outros animais peçonhentos que habitam os canaviais. Porém, a queima emite materiais particulados que se precipitam na forma de fuligem, poluindo o ar e, consequentemente, podendo afetar negativamente a saúde das pessoas, em especial devido a enfermidades relacionadas ao aparelho respiratório. Assim, é necessário evitar a prática, sendo a utilização de máquinas colheitadeiras a alternativa mais adequada para realizar a colheita sem a necessidade de fazer queimadas.

Com esse fato em mente e pressionado pela população, o governo do estado de São Paulo aprovou, a partir dos anos 90, diversas legislações que buscavam "forçar" a mecanização da colheita de cana-de-açúcar. Em um primeiro momento, tanto os usineiros, como os sindicatos de trabalhadores rurais opuseram-se à mecanização, argumentando que esta resultaria em elevados custos (compra de máquinas colheitadeiras), bem como em desemprego para os cortadores, que correspondem à mão de obra pouco qualificada e de difícil assimilação pela atual dinâmica do mercado de trabalho.

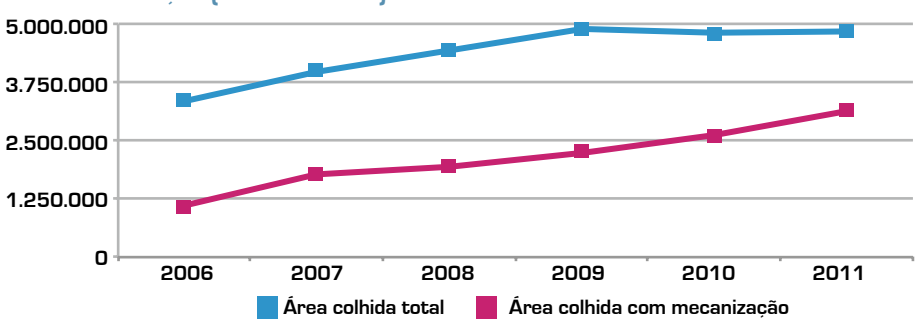
Contudo, o novo ciclo de crescimento do setor sucroalcooleiro a partir de 2003 mudou esse cenário. Por um lado, o exponencial aumento das plantações de cana-de-açúcar para atender a nova demanda por etanol propiciada pelos carros *flex fuel* potencializou o problema causado pela queimada, que passou a emitir um volume maior de poluentes e a atingir uma população cada vez mais numerosa. Por outro lado, a perspectiva de exportar a produção para países que demandam produto com baixo impacto ambiental criou incentivos para que usineiros buscassem elevar a sustentabilidade socioambiental de seus processos de produção. Vale ressaltar que, dentre as dimensões consideradas pelas agências ambientais e sistemas de certificação voluntários existentes, as emissões de gases no processo de produção (o que inclui, portanto, a queima da cana) figuram como um ponto de grande relevância.

Nesse contexto, em 2007, usineiros e a Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo assinaram o Protocolo Agroambiental, acordo que, entre outras medidas, antecipou os prazos anteriormente definidos em legislações para o fim gradual da prática de queima na colheita de cana-de-açúcar. Apesar de ser um acordo voluntário, ao longo dos anos, houve grande adesão das usinas. Informações disponibilizadas pelo CANASAT sobre áreas totais colhidas e como as colheitas foram realizadas (corte mecânico ou manual) no estado de São Paulo entre 2006 e 2011 ilustram a rápida transformação do setor sucroenergético paulista.

Observa-se expansão significativa da área colhida de 2006 a 2009 (crescimento de aproximadamente 46%), com certa estabilização da área de colheita em 2010 e 2011. Destaca-se o fato de a área colhida com mecanização ter apresentado aumento em todo o período. De 2006 a 2011, o crescimento da mecanização foi próximo a 182%. A proporção da área colhida com mecanização passou de aproximadamente 33%, em 2006, um ano antes do Protocolo Agroambiental, para aproximadamente 65%, em 2011.

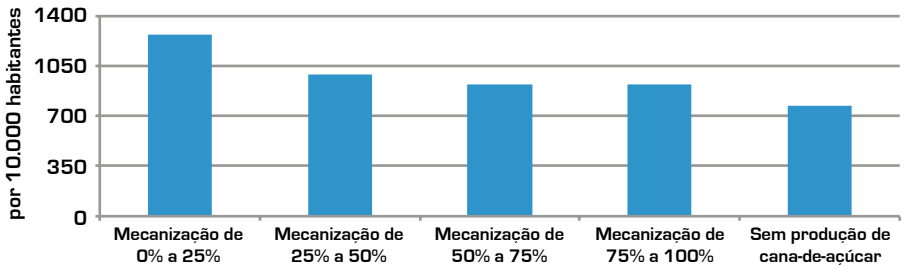
Portanto, ao longo dos anos, a mecanização vem dispensando a prática da queima da cana, o que tende a impactar positivamente sobre a qualidade do ar das localidades em que há produção e, consequentemente, sobre a incidência de doenças relacionadas ao aparelho respiratório. Apesar de esse potencial efeito ser um dos aspectos que motivaram o Protocolo Agroambiental, ainda não há estudos avaliando se ele concretizou-se ou não. Assim,

Estado de São Paulo: Áreas colhidas totais e com mecanização (2006 a 2011)



Fonte: CANASAT; elaboração própria

Estado de São Paulo: internações médias (2006 a 2011) por doenças do aparelho respiratório (por 10.000 habitantes), segundo a existência de produção de cana-de-açúcar e faixas de mecanização (proporção da área colhida que é mecanizada) em cada município



Fonte: SIH/DATASUS, Ministério da Saúde e CANASAT; elaboração própria

Estado de São Paulo: evolução das internações (2006 e 2011) por doenças do aparelho respiratório (por 10.000 habitantes), segundo a existência de produção de cana

Municípios	2006	2011	Variação percentual de 2006 a 2011
Com produção de cana	83,94	76,40	- 8,98%
Sem produção de cana	52,23	51,94	- 0,56%

Fonte: SIH/DATASUS, Ministério da Saúde e CANASAT; elaboração própria

considerando a rápida expansão da produção e da mecanização da colheita da cana nos últimos anos, pode-se questionar se os objetivos do Protocolo Agroambiental no sentido de melhorar a qualidade do ar nas imediações das plantações surtiram algum resultado nos indicadores de saúde respiratória da população que nelas reside.

A seguir, são apresentadas algumas evidências favoráveis à relação entre mecanização (e consequente redução nas queimadas) e melhora na qualidade do ar e na saúde da população vivendo nas regiões canavieiras. Vale ressaltar que estas evidências não podem ser interpretadas como conclusivas, uma vez que a atribuição de causalidade só seria possível com análises experimentais ou com técnicas estatísticas que controlassem outros fatores que também poderiam influenciar as condições de saúde dos indivíduos, correlacionadas ou não à produção de cana-de-açúcar e à sua forma de colheita. De qualquer forma, são interessantes de serem analisadas e podem servir de motivação para novos estudos mais aprofundados.

A observação do número médio de internações de 2006 a 2011 devido a doenças do aparelho respiratório (por 10.000 habitantes) das populações residentes em municípios com e sem produção de cana, discriminando os que têm produção em quatro faixas de mecanização (proporção da área total colhida que é mecanizada), permite avaliar se a incidência de doenças relacionadas ao aparelho respiratório é maior ou menor em municípios sem produção de cana, o que sinalizaria o efeito das queimadas, e se quanto maior a mecanização, menor seria este efeito. Verifica-se que a produção de cana e mesmo a proporção desta que é queimada pode, realmente, afetar as internações por problemas respiratórios: municípios em que não se produz cana ou que possuem maior mecanização apresentam menos internações médias.

Outra evidência favorável à relação entre mecanização e redução de problemas respiratórios pode ser verificada ao se analisar o número de internações (por 10.000 habitantes) devido a doenças do aparelho respiratório nos municípios do estado de São Paulo que possuem ou não produção de cana-de-açúcar. Nos municípios em que há produção, o número de internações é superior ao dos municípios em que não há produção tanto em 2006, como em 2011. Porém, nos municípios com produção, a queda das internações de 2006 a 2011 foi bastante superior à observada nos municípios sem produção – reduções de 8,98% e 0,56%, respectivamente.

Analisadas conjuntamente, as informações apresentadas trazem fortes indícios da presença de uma correlação entre presença de cana, índice de mecanização e incidência de problemas respiratórios. A área total colhida de cana expandiu-se entre 2006 e 2011, o que, via aumento da escala das queimadas, tenderia a aumentar os problemas respiratórios nos municípios produtores. Contudo, foi observada uma expansão bastante superior à área colhida de forma mecanizada, aumentando a proporção de mecanização. Assim, espera-se que a maior mecanização compense em parte os efeitos negativos da expansão das plantações.

De certa forma, essa informação é corroborada pelos dados apresentados na tabela ao lado. Ao se considerar que houve uma redução nas internações por problemas respiratórios no período mesmo com aumento das plantações de cana, esse argumento ganha sustentação. E se torna ainda mais forte se considerarmos que foi observada uma queda superior nas internações em municípios que possuem cana-de-açúcar, sendo assim mais beneficiados pela maior mecanização.

Assim, existem indícios sugerindo que a maior mecanização tenha se revertido em menores volumes emitidos de poluentes e melhoras na qualidade do ar, o que se refletiu, pelo menos em parte, na redução de casos de pessoas sofrendo e sendo internadas devido a doenças do aparelho respiratório.

Estudos mais conclusivos sobre o tema devem utilizar técnicas estatísticas mais avançadas, em que são controlados outros fenômenos ambientais que afetam a saúde respiratória das populações, como as condições de temperatura e umidade. ■

*Esta pesquisa é parte do projeto AlcScens, financiado pela FAPESP

1 Economista e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia

2 Economista, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador do Projeto AlcScens-FAPESP

Agro brasileiro

Muito além das *commodities*

Edivaldo Del Grande*

AS PERSPECTIVAS do agronegócio brasileiro são as mais promissoras dos últimos anos. A projeção da produção agrícola para 2014 é de 205 milhões de toneladas de grãos. Nos últimos dez anos, o setor registrou forte expansão, crescendo acima de 50%. E a presença do agronegócio brasileiro no mercado externo é cada vez mais significante; somos um dos principais *players* mundiais, exportando produtos agrícolas para dezenas de países.

Este papel de *player* global incomoda. O agronegócio brasileiro sempre cresceu tendo que enfrentar os poderosos interesses de países da União Europeia e dos Estados Unidos, que, apesar do discurso liberal e pró-mercado, são pródigos em criar barreiras e legislação para impedir ou dificultar a entrada de nossos produtos. Na verdade, estes países impõem tarifas protecionistas para barrar produtos brasileiros porque têm que proteger uma agricultura menos produtiva do que a nossa. As vitórias do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC), como no caso do algodão em relação aos EUA, dão um testemunho inequívoco dessa situação.

Para ajudar nessa batalha contra o protecionismo, o Ministério da Agricultura tomou uma importante medida ao criar, em 2010, o cargo de adido agrícola, inicialmente em oito embaixadas brasileiras: Buenos Aires (Argentina), Washington (EUA), Genebra (Suíça), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Pretória (África do Sul), Pequim (China) e Tóquio (Japão). Mas, para que a missão deles possa ter resultados satisfatórios, se faz necessário abrir cargos em mais países e realmente efetivar os adidos, dando-lhes ferramentas e condições para o pleno desempenho de suas funções; e não só isso, mas, também, lhes delegar uma outra função além da defesa e divulgação de nossa agropecuária: a busca de novas e diferentes oportunidades de negócio.



SXC.HU

Os produtos agrícolas têm grande peso na nossa balança comercial. Além do que, movimentam o mercado de máquinas, equipamentos e insumos. Os impactos internos também têm ajudado a criar ilhas de prosperidade no interior do País. Mas, esse bom desempenho no setor deve ser considerado como mais uma etapa no processo de evolução do nosso comércio exterior. Já está mais do que na hora de o Brasil dar um salto de qualidade nas relações comerciais globais, superando a fase de vender apenas *commodities*, que são produtos de baixo valor agregado.

Para inverter essa lógica e ampliar a comercialização de produtos com maior valor agregado, é necessário adotar medidas como a criação ou ampliação das cadeias produtivas. A soja, por exemplo, pode ser processada em óleo para exportação; e o frango pode ser oferecido em cortes diferenciados, em vez de exportarmos a ave inteira.

Além disso, precisamos investir mais em ciência, tecnologia e inovação e estabelecer uma boa política industrial. Dessa forma, poderemos criar melhores empresas, ampliar a criação de emprego e qualificar a mão de obra. Com uma pauta de exportações com mais produtos de valor agregado, o Brasil, cujo comércio externo já é pujante, terá muito mais força para combater ações protecionistas dos países industrializados e melhorar as regras do comércio mundial.

Os adidos agrícolas podem contribuir, e muito, para a concretização desse novo cenário. ■

*Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp)

Tarifas de pedágio

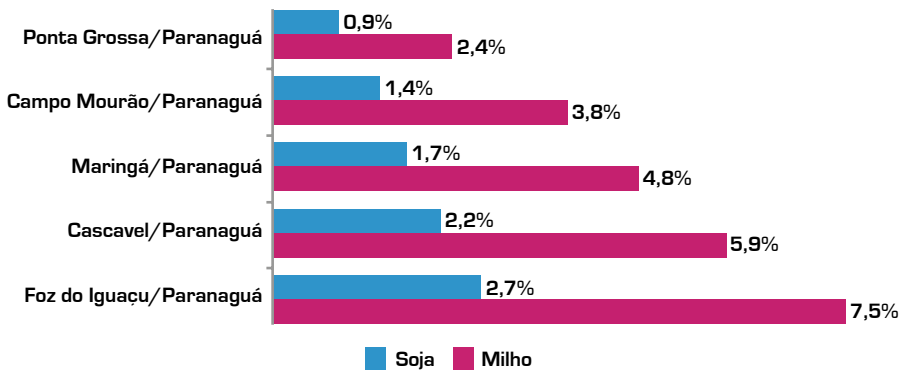
Impacto sobre o agronegócio do Paraná

Gilson Martins[1]
Flávio Turra[2]

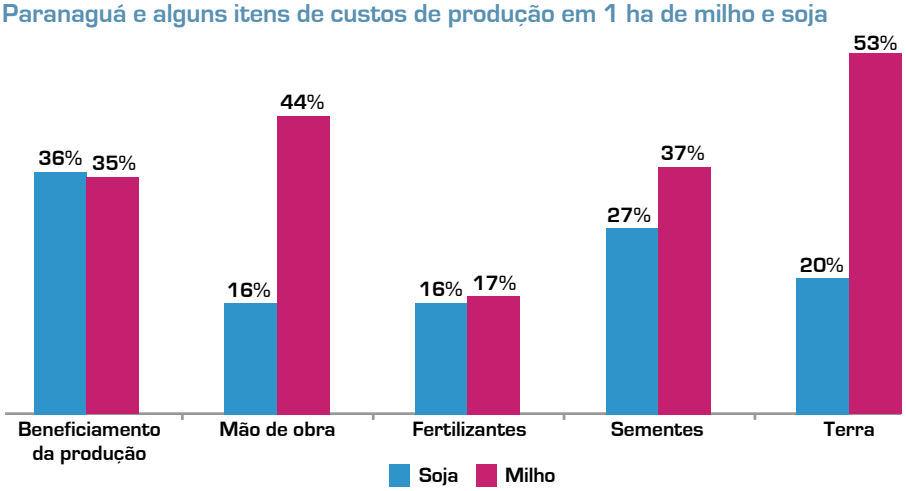
A SAFRA agrícola de 2012/13, de cerca de 185 milhões de toneladas de grãos, intensificou os debates sobre a deficiência brasileira em infraestrutura. Predominaram, na mídia nacional e internacional, notícias de filas nos portos e atrasos nos embarques. Também, mais uma vez, ficou em evidência a situação das rodovias do País, que, além de não serem o modal necessariamente mais adequado para o transporte, encontram-se em estado precário.

Essa é uma discussão que remete há mais de vinte anos no Brasil. À época, uma das soluções encontradas para resolver o problema foi o modelo de concessões públicas, com cobrança de pedágios. No Paraná, o programa de concessões rodoviárias foi implementado em 1997, com o advento da Lei Federal 9.277/1996. Hoje, seis concessionárias operam no estado em um trecho que totaliza 2,03 mil quilômetros de estradas pedagiadas. Em 1998 e em 2000, o governo do estado negociou termos aditivos nos contratos, que acabaram resultando na postergação do cronograma de realização de obras, redução dos investimentos e manutenção das tarifas em patamares mais elevados.

Impacto percentual do pedágio sobre o preço recebido pelo milho e soja (%)



Comparação entre o custo de pedágio no trajeto Maringá – Porto de Paranaguá e alguns itens de custos de produção em 1 ha de milho e soja



Renda do agricultor

Um dos contrassensos da política do pedágio são os custos gerados na cadeia produtiva, que refletem diretamente na renda de quem produz. Ou seja, no Paraná, o impacto é muito forte para os agricultores.

Por exemplo, tenha-se em conta um produtor de soja e milho na região de Foz do Iguaçu. Com base nas tarifas vigentes, o caminhoneiro que transportar grãos desta região em um veículo de cinco eixos e capacidade para 27 toneladas desembolsará R$ 643,95 em dez praças de pedágio até Paranaguá. O valor por tonelada desembolsado (R$ 23,85) corresponde a até 7,5% do preço recebido pelo agricultor, no caso do milho, e a até 2,7%, no caso da soja. Como os preços negociados para exportação consideram os valores no porto, o custo com pedágio acaba sendo descontado do preço repassado ao agricultor. Essa é uma situação que se repete em todas as regiões produtoras do Paraná, uma vez que as principais estradas (anel de integração) para o transporte da safra são pedagiadas.

Custos de produção

O agricultor que comparar os custos do pedágio com os custos de produção em sua propriedade pode surpreender-se com os impactos. Por exemplo, em 1 hectare de milho, com produtividade de 8.100 kg, um agricultor gasta, em média, R$ 706,43 em fertilizantes, no Paraná. A produção deste 1 hectare gera um custo de pedágio no transporte na ordem de R$ 123,52 (R$ 15,26/t x 8,1 t/ha) para quem transporta a safra de Maringá até o Porto de Paranaguá, um valor equivalente a 27% do custo com fertilizantes. Se considerarmos o custo da terra, este valor comparativo chega a 53%; para a mão de obra, a 44%; e para sementes, a 37%.

Essa comparação pode ser feita para diversos custos importantes da produção rural, tanto para o milho, quanto para a soja. Todavia, no caso do milho, os valores despendidos com pedágio acabam chamando mais a atenção, pois a cultura possui margens líquidas mais estreitas do que a soja, ou mesmo negativas. Como ilustração, em maio de 2013, o agricultor no Paraná recebeu, em média, R$ 19,12 pela saca de milho, para um custo operacional de R$ 21,53; ou seja, ele registrou um prejuízo de pelo menos R$ 2,41.

Paraná: custos de produção[1] de soja e milho

Resumos dos custos	Milho	Soja
Produtividade (kg/ha)	8.100	3.000
Remuneração do uso da terra (R$/ha)	230,95	230,95
Sementes (R$/ha)	336,04	168,14
Custo de fertilizantes (R$/ha)	706,43	281,29
Mão de obra (R$/ha)	280,93	293,74
Beneficiamento da produção (R$/ha)	353,70	125,50
Custo operacional (R$/ha)	2.906,61	1.764,00
Receita (R$/ha)	2.581,20	2.621,00

1 Conforme cotações médias da SEAB/DERAL para maio de 2013: milho com R$ 19,12 por saca e soja com R$ 52,42 por saca

Custos de pedágios equivalentes à produção de 1 ha de milho e de soja

Origens de produto com destino a Paranaguá	Custo do frete (R$/t)	Pedágio (R$/t)	Milho (R$/ha)	Soja (R$/ha)
Foz do Iguaçu	88,00	23,85	193,08	71,51
Cascavel	83,00	18,87	152,79	56,59
Maringá	77,00	15,26	123,52	45,75
Campo Mourão	83,00	12,21	98,82	36,60
Ponta Grossa	66,00	7,50	60,68	22,47
Média	**79,40**	**15,54**	**127,78**	**46,58**

Nota: base de custos da tabela anterior



SXC.HU

Custos de transporte

Quando considerados os custos de escoamento da produção, o pedágio onera o transporte em até 30%. Esse é também o caso de caminhões vindos de Foz do Iguaçu, que têm um custo total de frete de R$ 88,00/t. Além disso, o transporte rodoviário também sofreu nos últimos meses um aumento de 20%, de cerca de R$ 53,00/t para R$ 63,86/t, em média, no Paraná. Isso se deveu à demanda aquecida do setor de transportes, à boa safra e às novas exigências da Lei do Caminhoneiro. Ou seja, o pedágio, aliado aos aumentos de custos do transporte rodoviário, diminui a competitividade da agricultura.

Conclusões

O agronegócio movimenta cerca de um terço da economia do estado do Paraná. Por isso, os fatores que afetam a competitividade deste setor são de grande interesse do governo, do setor produtivo e da sociedade como um todo. Como o valor das tarifas de pedágio tem impacto direto no preço recebido pelo produtor, o valor do pedágio deve ser um item de atenção no planejamento do negócio, principalmente no caso de produções que trabalham com margens apertadas.

O caso das concessões rodoviárias no Paraná serve de importante alerta a ser considerado na implementação de concessões públicas, que tendem a se intensificar com os planos de investimento em infraestrutura brasileira. São necessários transparência e controle, além do resguardo dos interesses de quem produz. ■

1 Assessor tecnicoeconômico do Sindicato e Organização das Cooperativas doEstado do Paraná
2 Gerente tecnicoeconômico do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

Fixação Biológica de Nitrogênio

Competitividade agrícola

Roberto Berwanger Batista*

ASSOCIAÇÕES E entidades brasileiras unem forças em projetos de pesquisa para promover o conhecimento, uso e valorização da técnica de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) entre os agricultores do País. O objetivo dessa difusão é aumentar o uso do nitrogênio biológico, de modo a substituir parcial ou totalmente os fertilizantes nitrogenados. Essa tecnologia permite uma economia anual em torno de US$ 7 bilhões ao País, de acordo com a Embrapa Soja.

No processo de fixação biológica, o nitrogênio atmosférico, que se encontra em forma não utilizável pelas plantas, é transformado, por bactérias, em formas bioquímicas para atender as necessidades nutricionais das culturas. Em alguns casos, a bactéria e a planta formam um sistema simbiótico, com benefício mútuo para ambas. Na cultura da soja, a bactéria utilizada no processo de fixação é a do gênero *Rhizobium*, que compreende pelo menos trinta espécies, e ela é introduzida por meio dos produtos denominados "inoculantes".

O Brasil é um dos países com melhor uso eficiente da FBN. Os 27 milhões de hectares ocupados pela sojicultora nacional utilizam-na quase que exclusivamente, com um consumo insignificante de fertilizante químico nitrogenado. Esse é um dos fatores preponderantes para a competitividade da soja brasileira, pois significa uma economia para o agricultor, o País e o ambiente como um todo.

Na cultura do feijão, a técnica ainda está em processo de aprimoramento, mas os resultados apresentam rendimentos correspondentes ao dobro da média nacional. Isso pode gerar uma economia anual de US$ 500 milhões, de acordo com o Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como parte dos compromissos do Brasil para reduzir as emissões de carbono, com metas definidas e estabelecidas em Copenhague, durante a COP-15, em 2010. Um dos seis pilares do programa estabelece uma meta para incrementar o uso da tecnologia de FBN em diversas culturas por todo o território nacional.

Em áreas de primeiro ano de cultivo de leguminosas, o papel da FBN é fundamental. Para uma perfeita implantação da bactéria no solo, é preciso tomar todos os cuidados, como utilizar o dobro da dose do inoculante recomendado. Em anos de plantio sucessivo da mesma cultura, com as bactérias já implantadas no solo, há sensíveis aumentos de produtividade. No Brasil, as pesquisas da Embrapa indicam aumento médio de 8% na produtividade da soja se tais cuidados forem tomados.

Sustentavelmente, a técnica minimiza os impactos do nitrogênio sobre o meio ambiente, resultando em menor poluição da água, por exemplo, facilitando o sequestro de carbono. Estudos desenvolvidos por pesquisadores da Embrapa Cerrado indicam que a fixação de 90 milhões de toneladas de nitrogênio equivale ao sequestro de quase 1 bilhão de toneladas por ano, enquanto o processo industrial que transforma o N_2 atmosférico em NH_3 demanda por volta de 6 barris de petróleo por unidade fixada.

Dessa forma, a inoculação de bactérias fixadoras de nitrogênio é uma tecnologia extremamente importante para a cultura, de custo baixo e que melhora a qualidade do ambiente, reduzindo a emissão dos gases do efeito estufa. O processo de FBN não despende energia, não polui e enriquece o solo com nitrogênio, que será aproveitado na cultura seguinte. ■

Custo e benefício

Nas últimas décadas, o conhecimento sobre bactérias em gramíneas evoluiu de forma extraordinária. Houve uma seleção rigorosa de cepas para fazer a conversão do nitrogênio no solo, no interior das raízes ou em outros tecidos vegetais.

Paralelamente, foram realizadas descobertas sobre o potencial das bactérias do gênero *Azospirillum*, que, por associação, contribuem para o aporte do nitrogênio nas gramíneas. Seu efeito no desenvolvimento dessas culturas tem sido amplamente pesquisado e desenvolvido.

No Brasil, estima-se que o uso dos inoculantes contendo as estirpes selecionadas de *Azospirillum brasilense* pode resultar em uma economia de US$ 2 bilhões por ano. Esse cálculo pode ser feito a partir da reposição parcial do fertilizante nitrogenado requerido por culturas como o milho e o trigo, junto à eficiência de sua utilização pelas plantas e ao preço médio tradicional dos fertilizantes no mercado nacional (US$ 1 por kg de N).

De acordo com a Embrapa Meio Ambiente, cerca de 30% das emissões de dióxido de carbono resultantes das atividades humanas vêm da agricultura, incluindo-se nessa conta as emissões indiretas do desmatamento e das mudanças no uso da terra, além da produção de fertilizantes e a refrigeração de alimentos.

*Diretor técnico da Microquímica e presidente da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

Modelo de negócio

A Nova Era da agricultura

Marcos Fava Neves[1]
Matheus Alberto Cônsoli[2]
Júlio Kyosen Nakatani[3]

É SEMPRE importante analisar as mudanças em curso na produção agrícola, particularmente nos principais países exportadores e importadores, como os EUA, Brasil, Argentina, África do Sul, Índia e China. Assim, a ideia central é identificar os fatos que estão em mudança constante e os seus impactos. Isso fomenta a discussão sobre quais atos as empresas que se relacionam com os produtores agrícolas devem adicionar à sua lista de atividades. O Brasil é provavelmente o país que mais se adequa às tendências apresentadas a seguir:

- Aumento da volatilidade de preços na agricultura;
- Novos riscos devido às mudanças climáticas e às políticas governamentais;
- Posição mais importante em termos de portfólio tecnológico e acesso a tecnologia;
- Maior concentração dos produtores rurais;
- Acesso a informação, a maior parte de forma gratuita;
- Produtor cada vez mais profissionalizado e informado;
- Diversificação da agricultura e integração com pecuária e floresta;
- Agricultores mais capitalizados;
- Necessidade de capital e restrições sobre o uso da terra;
- Oportunidades para o trabalho urbano;
- Escassez de recursos necessários para a produção agrícola.

Essas mudanças no ambiente dos produtores agrícolas trazem vários impactos para os membros da cadeia produtiva de alimentos. Entre eles, destacamos:

- Mudança no balanço de poder na direção dos agricultores;
- Organização de grupos de compra, cooperativas e centrais de cooperativas;
- Ganhos de escala para redução de custos;
- Maior custo da mão de obra no campo;
- Agricultores com mais conhecimento técnico e mercadológico;
- Aumento nos custos para se adequar às legislações ambientais;
- Necessidade de boa gestão da terra, ativos e custos;
- Várias abordagens para atender diferentes perfis de agricultores;
- Atributos técnicos, relacionais e de preço no comportamento de compra dos agricultores;
- Informação sobre produtos, serviços e preços praticados em diferentes regiões;
- Novas alternativas de suporte e crédito;
- Demanda por capital devido à oferta de produtos e serviços mais sofisticados;
- Mudanças incríveis no futuro, a maioria relacionada à agricultura digital ("nas nuvens").

Nesse contexto, ao menos quatro macrossegmentos de agricultores podem ser caracterizados atualmente na agricultura dos países emergentes como o Brasil.

Tradicional: produtores de pequeno e médio porte, de gestão familiar, que compram o maquinário para uso próprio e são proprietários das terras, com baixo nível de integração na cadeia e foco na agricultura, que é o seu negócio principal. Altamente tradicionais em seu perfil, também tendem a ser mais experientes na idade. Quanto aos agricultores tradicionais, podemos também estabelecer o tamanho da propriedade e o grau de uso tecnológico.

Orientado ao negócio: produtores de médio a grande porte, de gestão familiar a profissional, trabalhando, em sua maioria, com maquinário próprio ou arrendado; já possuem algum nível de integração nas operações de compra ou venda, sendo que o foco do negócio é a agricultura e a comercialização das *commodities*. São, em geral, uma geração mais nova e estão mais presentes em áreas que são ou eram, até recentemente, de fronteiras agrícolas.

Gestores de rede: operações de larga escala, com gestão profissional, estrutura e maquinário próprio, que pode ser arrendado a outros produtores. São, em geral, integrados em termos de perspectivas de rede, provendo serviços para outros produtores. A maioria destes são "empresas" que estão se tornando empresas de agricultura global e que tendem a basear sua expansão no arrendamento de terras a longo prazo, com baixo investimento em ativos.

Transformadores e estruturadores de terras: organizações que estão abrindo novas áreas, transformando terra não agricultável ou de pastagem em terra viável para a agricultura, aproveitando o valor ainda baixo desses ativos. São, em geral, empresas de grande porte, com gestões profissionais e, também, orientadas para o negócio imobiliário.

Estes quatro macrossegmentos distintos podem ser encontrados na agricultura de países emergentes onde ainda ocorre a expansão de terras. Entender estes segmentos e perfis é importante para construir o relacionamento com os agricultores. Uma coisa é certa: uma empresa, para se relacionar com agricultores, deve buscar "pensar como um agricultor" e se tornar cada vez mais "orientada ao cultivo" e resultados. ■

1 Professor titular da FEA-RP/USP e coordenador científico da Markestrat
2 Doutor em Engenharia de Produção pela EESC-USP e coordenador de Projetos da Markestrat
3 Mestrando em Administração pela FEA-RP/USP e pesquisador associado à Markestrat

Corredor Bioceânico

É viável para a soja brasileira?

Roberto Fray da Silva[1]
Giana de Vargas Mores[2]
Bruno Rógora Kawano[3]

NOS ÚLTIMOS anos, tem crescido a demanda de insumos agrícolas pelo continente asiático (em especial, China e Índia). A expansão populacional e a abertura da economia chinesa são os dois principais fatores que explicam esse fenômeno. O Brasil tem se favorecido dessa situação, especialmente ao exportar produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo), açúcar, etanol e carnes. Todavia, um dos principais gargalos à exportação destas *commodities* está relacionado à logística dos produtos. A melhoria dos modais rodoviário e ferroviário e o melhor aproveitamento das hidrovias são essenciais para o aumento da competitividade dos produtos agrícolas brasileiros.

Diante desse contexto, o projeto do Corredor Bioceânico consiste em uma proposta elaborada pelos países da América do Sul visando a exportação de produtos para o continente asiático com menores custos de frete e tempo em trânsito das mercadorias. O Corredor Bioceânico tem início no Brasil, passando pela Bolívia e tendo como destino final dois portos localizados ao norte do Chile: Antofagasta e Iquique. Os potenciais produtos a utilizar esta rota seriam: produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo), algodão, milho, carnes (bovina e de frango), açúcar e etanol. O porto de Xangai, na China, por ser o principal importador destes produtos, seria o destino final.

Cenários utilizados para analisar o Corredor Bioceânico

Embora diversos indicadores devam ser analisados para se determinar a viabilidade de um projeto logístico, a análise dos custos relacionados ao escoamento do produto é essencial no caso de produtos de baixo valor agregado, como é o caso das *commodities* agrícolas. Para analisar o uso dessa rota alternativa de exportação, dois cenários foram analisados:

• Cenário 1: soja em grãos com origem em cinco centros de produção (Rondonópolis-MT, Anápolis-GO, Campo Grande-MS, Guarapuava-PR, Tupanciretã-RS) e com destino nos portos de Santos-SP e Paranaguá-PR, de onde os mesmos produtos são transportados até o porto de Xangai, na China;

• Cenário 2: soja em grãos com origem nas mesmas cidades, porém utilizando o corredor bioceânico até os portos de Antofagasta e de Iquique, de onde os mesmos produtos seriam exportados até o porto de Xangai, na China.

Para tanto, foi calculada a distância em quilômetros (km) entre as origens e os portos de destino, tanto no cenário atual, quanto para o do corredor bioceânico. Após essa etapa, os fretes terrestre e marítimo (R$/tonelada) foram calculados com base nos valores médios de frete de mercado dos anos de 2008, 2009 e 2010.

O tempo em trânsito terrestre foi calculado com base em um *software* especializado e o das diferentes rotas marítimas foi obtido por meio de consulta

Comparação entre as diferentes rotas nos cenários atual e alternativo (frete total em R$/tonelada)

Origem	Cenário 1 - Atual			Cenário 2 – Corredor Bioceânico	
	Frete total por Santos (R$/t)	Frete total por Paranaguá (R$/t)	Frete total por Rio Grande (R$/t)	Frete total por Antofagasta (R$/t)	Frete total por Iquique (R$/t)
MT	218,70	204,52	–	393,03	407,33
MS	175,23	172,79	–	347,58	361,88
GO	170,81	167,94	–	417,27	431,57
PR	–	118,32	–	304,30	318,60
RS	–	–	116,67	290,19	304,50

Fonte: Resultados da pesquisa

Comparação entre as diferentes rotas nos cenários atual e alternativo (*transit time* total em dias)

Origem	Cenário 1 - Atual			Cenário 2 – Corredor Bioceânico	
	Frete total por Santos (dias)	Frete total por Paranaguá (dias)	Frete total por Rio Grande (dias)	Frete total por Antofagasta (dias)	Frete total por Iquique (dias)
MT	33	35	–	35	35
MS	34	34	–	34	34
GO	33	35	–	36	36
PR	–	33	–	33	33
RS	–	–	36	33	33

Fonte: Resultados da pesquisa

a um agente do mercado de transporte marítimo. Com base nestes valores, foi feita uma estimativa do custo do transporte em R$/km, a fim de se estimar o valor do frete marítimo no Cenário 2. Devido a limitações na disponibilidade de dados, o transporte ferroviário não foi considerado nessa análise.

Em quais situações o Corredor Bioceânico é viável?

A partir dos resultados obtidos, é possível observar que o custo do frete pelas rotas do corredor bioceânico é maior em todos os casos se comparado ao cenário atual. Caso o tempo de entrega fosse um fator avaliado pelo importador, o uso do corredor bioceânico melhoraria o nível de serviço. No que diz respeito ao tempo em trânsito, somente a rota com origem em Tupanciretã-RS apresentou uma redução de tempo em trânsito em relação ao cenário atual, entretanto, com um custo mais elevado do que o dobro do atual. O considerável aumento do custo do frete, sem significativas alterações no tempo em trânsito, inviabiliza o transporte de *commodities* agrícolas de baixo valor agregado.

Observou-se que os custos de frete com origem nas cidades de Rondonópolis-MT, Anápolis-GO e Campo Grande-MS e com destino no porto de Paranaguá-PR foram menores do que os fretes com as mesmas origens e com destino no porto de Santos-SP, mesmo o primeiro porto estando a uma distância maior das origens do que o segundo. Isso pode ser justificado pelo fato de o escoamento de grãos ser realizado com maior rapidez quando a carga do produto chega ao porto de Paranaguá-PR, enfrentando menos filas e reduzindo o tempo de espera e os custos com fretes, em comparação ao porto de Santos-SP. Em contrapartida, este porto está, atualmente, sobrecarregado e com infraestrutura aquém das necessidades do País, evidenciando a importância de se realizar investimentos no setor logístico brasileiro.

Levando em consideração que o produto analisado nesta pesquisa é uma *commodity*, o custo possui um peso elevado para os embarcadores se comparado ao nível de serviço. Logo, como em todos os casos, os custos são significativamente mais altos. Dessa forma, o corredor bioceânico com as características analisadas não é viável para o escoamento de soja em grãos pelos portos chilenos quando comparado ao modelo atual de exportação. No caso de produtos altamente perecíveis, comercializados no mercado *spot* ou de alto valor agregado, a diminuição no tempo em trânsito poderia viabilizar o uso do corredor bioceânico.

Nota-se a necessidade de atenção por parte do Governo para com a proposta de sistemas de transportes alternativos para o escoamento da produção agrícola. Caso o Governo pretenda viabilizar o corredor bioceânico, será necessário o uso de modais de maior eficiência econômica e energética do que o modal rodoviário, como é o caso do ferroviário, além de investir em Parcerias Público-Privadas (PPPs) para fomentar a infraestrutura necessária. Entretanto, por se ter de cruzar regiões montanhosas, torna-se excessivamente custosa a construção e a manutenção de vias férreas nos corredores bioceânicos sul-americanos. O uso de modais alternativos aumentaria de forma significativa o tempo em trânsito dos corredores de exportação, podendo resultar em valores maiores do que os observados no cenário atual.

Nesta análise, não foram considerados aspectos relacionados à legislação e aos possíveis entraves do transporte terrestre de mercadorias entre os países das rotas avaliadas, sendo esse um debate preponderante para pesquisas futuras. Devido ao aumento na exportação de produtos agrícolas brasileiros para os mercados asiáticos, optou-se por considerar aspectos que impactam diretamente na tomada de decisão das empresas envolvidas, ou seja, o custo do frete e o tempo em trânsito da mercadoria. Cumpre lembrar que o tema tratado nesta pesquisa é um assunto contemporâneo e que tem estado na pauta das políticas públicas de melhoria da infraestrutura do transporte. ■

1 Engenheiro agrônomo pela USP e diretor presidente do IPAGRI
2 Economista pela UPF, mestre em Agronegócios pela UFRGS e diretora financeira do IPAGRI
3 Engenheiro agrônomo pela USP, mestre em Planejamento Energético pela UNICAMP e diretor de Pesquisa do IPAGRI

12º CBA

ABAG discute propostas para acabar com gargalos logísticos

O AGRONEGÓCIO nacional já demonstrou ser altamente eficiente. Prova disso é que a produção média brasileira por hectare era de 1.500 quilos de grãos, em 1992, e, na safra 2011/12, saltou para 3.250 quilos por hectare, um aumento de 116%. Hoje, apenas Estados Unidos e União Europeia vendem mais alimentos no planeta do que o Brasil. O problema é que toda a vantagem acumulada dentro da fazenda é comprometida na hora de escoar a produção, devido a uma infraestrutura de transporte arcaica, deteriorada e insuficiente ou, em muitos casos, inexistente.

Para tratar dessa difícil questão, aconteceu em São Paulo, no último dia 5 de agosto, o 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com o tema "Logística e Infraestrutura – O Caminho da Competitividade do Agronegócio".

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, participou da abertura, afirmou que há a necessidade de uma logística adequada para que o setor seja ainda mais competitivo e apresentou várias iniciativas. Entre elas, a ampliação do alcoolduto, o aumento no transporte pela hidrovia Tietê-Paraná em 50% e pesados investimentos no Ferroanel. "Estamos ainda buscando melhorar os acessos rodoviários aos portos. Nosso maior desafio é melhorar a malha ferroviária e a situação dos portos do estado", concluiu.

O presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, disse que o País vive um caos logístico e que o agronegócio necessita de medidas urgentes. "Temos muito que evoluir na questão da infraestrutura e da logística. Esse ponto fará total diferença para o agronegócio. Quadruplicamos a produção mesmo com a estrutura de trinta anos atrás", resumiu.



GERARDO LAZZARI

Presidente da EPL diz que o Governo está aprendendo com seus erros

O governo federal está aprendendo com seus erros e com os atrasos na execução das obras de logística e de infraestrutura. A autocrítica foi feita pelo presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, durante a palestra inaugural do evento. "A EPL é um investimento, e o fato de termos um cronograma, mesmo atrasado, é um avanço", avaliou. Disse, ainda, que o desafio do Governo é inverter a atual tendência do modal rodoviário, aumentando as operações de longa distância por meio de ferrovias. "Mas, no curto prazo, a prioridade é aumentar a produtividade do setor rodoviário, com modernização e expansão e sem encarecer o frete", completou, adicionando que, no médio prazo, a ideia é criar condições para ampliar a malha ferroviária.

Para o diretor da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), Yoshiaki Nakano, o maior problema são a gestão e o planejamento. "O setor privado tem grande apetite em investir em infraestrutura e logística. Mas, pela primeira vez, estamos tratando de um plano nacional de desenvolvimento na área, o que é um avanço". Já, para o economista Alexandre Schwartsman, a ênfase em investir em logística é uma premissa correta. A dúvida é saber se há realmente recursos para tais investimentos. "Macroeconomicamente, os investimentos do Brasil em infraestrutura são de 2% do PIB ao ano. Necessitaríamos de 4%", indicou.

Além dos aspectos da logística, o Congresso também tratou do déficit de armazenagem, a perda de mais áreas para produzir e de outros problemas preocupantes, como o da elevação constante dos custos e a lentidão para implantarmos acordos comerciais; o pouco avanço na definição de marcos regulatórios para fortalecer a segurança jurídica e uma política de seguro rural de dimensão para mitigar o risco da agricultura. Esses pontos cercam o problema fundamental e grave de como realizar a gestão competente na logística e infraestrutura. ■

Desenvolvimento agrícola

Hipóteses fascinantes

Eliseu Alves*

O QUE move as políticas de governo são as hipóteses construídas para explicar determinado fenômeno ou problema existente. Raramente, elas são explicitadas. Caso o fossem, se evitariam muitas contradições que impedem que a política atinja seu objetivo.

Há dois tipos de hipóteses: as exógenas e as endógenas. Aquelas nascem no exterior, sendo propostas por técnicos ou políticos de outros países; estas são produto do funcionamento do sistema, embora possam sofrer alguma influência externa. Ao longo da história de nossa agricultura, predominou a fonte exógena. Em tempos mais recentes, depois do sucesso do agronegócio e de uma elite bem treinada ter chegado ao poder, a fonte de inspiração para as hipóteses passou a ser predominantemente endógena. Vejamos três tipos de hipóteses.

Estoque de conhecimentos

Logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, estourou a Guerra Fria. De um lado, ela era comandada pelos Estados Unidos; do outro, pela União Soviética. Um dos alvos da propaganda comunista era o meio rural, com sua imensa pobreza, presa fácil de promessas que o tirassem rapidamente daquela condição. Por isso, os americanos deram muita importância à agricultura e criaram uma política externa específica para ajudar seu desenvolvimento, em escala mundial.

Foi, então, formulada a hipótese de que o principal obstáculo à modernização da agricultura brasileira era a inexistência de um eficiente programa de extensão rural, fundamentado numa organização descentralizada, livre da influência de partidos políticos e de credos religiosos, transparente e tendo como princípio que todo agricultor aprende, desde que ensinado com a pedagogia apropriada; aprende e escolhe a tecnologia correta. A liberdade de escolha da tecnologia era entendida como absoluta. Não se reconhecia a possibilidade de o mercado impor determinada escolha e de que quem não aderisse à mesma iria à falência.

Mais precisamente, existia nas gavetas dos pesquisadores brasileiros alentado estoque de conhecimentos, que de lá não saíam, porque não dispúnhamos de competente serviço de extensão rural. Em 1948, a hipótese foi levada ao governo de Minas Gerais e prontamente aceita e transformada numa organização, a ACAR, e, a partir daí, a extensão rural ganhou o Brasil e o governo federal, com o advento da ABCAR, em 1956.

Como a hipótese era falsa, a política decorrente não produziu o efeito imaginado. A modernização da agricultura não veio e se seguiu severa crise de abastecimento.

Estoque inexistente de conhecimentos

Na segunda metade da década de 60, os preços dos alimentos começaram a subir a taxas crescentes ano após ano. O mesmo ocorreu com a dívida externa. O Brasil industrializava-se rapidamente. A agricultura teria que ser chamada a contribuir com o nosso abastecimento e com as exportações. Em 1972, um grupo pequeno de técnicos recém-graduados nos Estados Unidos foi reunido na ABCAR, e lhe foi dada a seguinte questão: por que, a despeito de contar com competente serviço de extensão e bilhões de dólares investidos em crédito rural subsidiado, a produtividade da terra não crescia? Depois de dois anos de trabalho, chegou-se à conclusão de que a hipótese da existência do avolumado estoque de conhecimentos era falsa. A solução era investir maciçamente em ciências agrárias. Foi, então, que nasceu a Embrapa (em 1973), e, daí em diante, têm sido investidos muitos recursos nas universidades, em ciências agrárias. Os conhecimentos gerados lastrearam o desenvolvimento e o sucesso do agronegócio. Suas exportações contribuíram para pagar grande parte da dívida externa, e a agricultura tem abastecido o mercado interno a preços estáveis ou declinantes. Assim, a escolha de investir em ciências agrárias foi sábia e teve taxa de retorno muito elevada.

Restrições fora da porteira

Infelizmente, o sucesso do agronegócio beneficiou 500 mil dos 4,4 milhões de estabelecimentos, em torno de 11,4%. E 3,9 milhões de estabelecimentos, 88,6% do total, produziram somente 13% do valor da produção do Censo Agropecuário 2006. Os outros 87% deste valor corresponderam à produção dos 500 mil estabelecimentos. Estamos diante de uma enorme concentração da renda bruta. E milhões de estabelecimentos ficaram à margem da modernização.

Tem sido identificada esta concentração como falência da extensão rural – erroneamente, no nosso ponto de vista. A condição necessária para a adoção de uma tecnologia é sua lucratividade. As restrições de fora da porteira têm o poder

de tornar tecnologias que aumentam a produção por hectare – exatamente aquelas que a pequena produção requer para sair da pobreza – em prejuízo. Por isso, o verdadeiro estímulo à adoção fenece! Não se trata, portanto, de culpar a extensão, mas, sim, de remover as restrições externas. **E a nova hipótese é serem as restrições externas o grande obstáculo à evolução da pequena produção**. Sem eliminar as restrições externas, investir em extensão é perda de tempo. Que restrições? Para caracterizar as restrições, referimo-nos ao volume de produção, e não à área do estabelecimento.

Principais restrições

A pequena produção vende a produção por preço muito menor e compra os insumos por preço maior. Essa relação desfavorável – preço produto/preço insumo – inviabiliza a tecnologia que aumenta a produção por hectare. Na produção de leite, aves, suínos e lavouras, no aluguel de máquinas e equipamentos, na compra de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, a pequena produção sempre leva desvantagem. Ainda não há como escapar do poder dos oligopólios e oligopsônios que compram a produção e vendem os insumos.

Mecanismos de seleção perversa ou de autosseleção levam os pequenos produtores a não se utilizar do crédito rural, da compra antecipada da produção e de outros benefícios. A decisão de exclusão é do produtor; por isso, trata-se de autosseleção. Entre os mecanismos, estão as cláusulas dos contratos, obrigatoriedade de assinatura presencial, garantias, registro em cartório e exigências sobre a posse da terra. O Pronaf, embora não livre destes mecanismos, retirou muito dos obstáculos. Não obstante, as regiões Sul e Sudeste abocanham muito mais recursos deste programa do que o Nordeste, que concentra 66% dos pequenos produtores, vis-à-vis 15% em cada uma das outras. Os bancos selecionam as regiões produtoras e os produtores que têm o costume de pagar. Raramente, há uma segunda chance.

Imaginando-se que se cobra anualmente 4% (0,33% no mês) pelo aluguel da terra (em imóveis urbanos, o valor mensal é menor do que 1%), em vinte e cinco anos, ter-se-ia obtido 100% do valor da terra. Portanto, o prazo do financiamento nunca poderia ser inferior a vinte e cinco anos. Dificilmente, se encontra financiamentos com este prazo, além da enorme burocracia a ser atendida. Assim, torna-se muito complicado para a pequena produção adquirir a terra adicional que lhe seria necessária para sair da pobreza.

Doenças complicadas devem ser tratadas por médicos especialistas, e dos bons. Assim deve ser a assistência técnica à pequena produção: tem que ter o mesmo nível de preparo daquela da grande produção. Não é assim atualmente. A grande produção recorre à assistência técnica particular. Em função da forte concorrência entre as firmas que a copõem, a qualidade dos seus técnicos é muito elevada e cobre ampla gama de conhecimentos, como tecnologia, administração rural, mercados, bolsas e análise econômica, incluindo-se o risco. Certamente, a qualidade diferencial da assistência técnica contribui para a grande produção ser mais competitiva e produzir cada vez mais. Portanto, para a concentração da produção deixar de ser como é, cabe ao Governo abrir a assistência técnica particular aos pequenos produtores que não podem pagá-la. Mas, com sabedoria.

A pequena produção explora terras menos férteis e localiza-se em regiões que não dispõem de boas estradas, de eletricidade confiável; fica longe de mercados e dos bancos. Não dispõe de cooperativas que sejam eficientes para contrabalancear o poder dos oligopólios e oligopsônios e que, além disso, ofereçam assistência técnica eficiente. Na maioria dos casos, essa é uma desvantagem que restringe as possibilidades da pequena produção de sair do estado em que se encontra.

Tem sido dito que uma das vantagens da agricultura familiar é contar com abundância de mão de obra. Num mercado tão competitivo como o que há na agricultura, tal hipótese é falsa, pois, na remuneração implícita, o estabelecimento tem que pagar salários competitivos; se não, os membros da família põem o pé na estrada em busca emprego. Acresce-se que a taxa de natalidade experimenta queda persistente, tanto nos campos, como nas cidades. Independentemente da competição externa, a produtividade do trabalho tem que crescer. Claro está que ela cresce com aumento dos rendimentos, mas, agora, isso não basta. Cada trabalhador familiar tem que cultivar mais área e se responsabilizar por um maior número de animais. Chegou, assim, a hora da tecnologia mecânica para agricultura familiar.

Como a Europa e os Estados Unidos agiram?

Para produzir 87% do valor da produção, foram necessários apenas 11,1% dos estabelecimentos, no caso dos Estados Unidos; 13,9%, no caso da Europa; e 11,4%, no Brasil. Que fizeram eles no passado? A política agrícola atual data da depressão de 1929. Seu instrumento principal foram subsídios aos preços, às exportações e ao crédito, além de pesados investimentos em pesquisa agrícola e extensão rural. Não se distinguiu a pequena da grande produção, e esta foi a grande beneficiada. Assim, se credita à política agrícola a grande concentração da produção em poucos produtores. A nossa política de crédito subsidiado teve efeitos semelhantes, por causa da seleção adversa, que beneficiou produtores e regiões mais aptas, e dos mecanismos que levaram a pequena produção a se excluir, por si mesma, dos benefícios da política.

Entre nós, a pequena produção não sairá da pobreza sem a remoção das restrições mencionadas. Mas, cuidado especial tem que ser tomado para não se cometer os mesmos erros do passado e de alhures. ■

*Pesquisador e assessor do presidente da Embrapa

Seguro rural

Desafios para o Brasil

Matheus Marino*

NO LANÇAMENTO do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, a presidenta Dilma enfatizou a importância do seguro rural para o agronegócio brasileiro. O Governo disponibilizará R$ 700 milhões para subvenção ao prêmio do seguro rural na próxima safra, crescimento de 75% quando se compara ao período anterior.

O desenvolvimento do seguro rural no Brasil é crucial para garantia e estabilidade das cadeias produtivas, pois reduz o risco inerente à atividade. Pela sua natureza, a produção agropecuária fica exposta à ocorrência de intempéries climáticas, flutuações inesperadas de preços da produção, incidência de pragas e doenças, elevação do custo dos insumos agrícolas e flutuações no câmbio.

O seguro rural é uma prática consolidada nos principais países produtores; mais de 100 milhões de hectares são segurados nos EUA, acima de 90% da produção. No Brasil, o seguro ainda é incipiente: aproximadamente 8% da área foi segurada na safra passada, próximo a 4 milhões de hectares.

A análise de programas de seguro rural dos principais países produtores permite a identificação de alguns fatores críticos de sucesso. As regras do jogo são claras e definidas para o longo prazo, ou seja, os montantes subvencionados, as áreas de cobertura, as datas de liberação dos recursos, os limites por tomador são claramente definidos, comunicados e respeitados pelo Governo. A parceria envolvendo a iniciativa privada e o Governo para viabilização do seguro rural também merece destaque. Agricultores e governos federal, estaduais e municipais unem-se para estruturação das operações.

Existem diversas modalidades de seguro rural privado para proteção dos riscos associados à atividade. O seguro de rentabilidade multirrisco garante a proteção contra flutuações de preços da produção e variações no custo de produção e na produtividade. Por serem instrumentos menos complexos, os seguros rurais tradicionalmente empregados no Brasil visam a redução de riscos isolados, como os climáticos, atribuindo ao agricultor a responsabilidade de contratação das diversas modalidades para proteção da margem do seu negócio.

O emprego do seguro rural é expressivo nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo e incipiente nos demais estados. A ocorrência com certa frequência de intempéries naturais exige proteção por parte do agricultor. O elevado custo do seguro em regiões de baixo risco climático dificulta a adoção. Fica evidente o fenômeno da seleção adversa, ou seja, agentes mais expostos ao risco tendem a contratar o seguro, o que eleva a incidência de sinistros e, por consequência, o custo da operação. A expansão do seguro rural para novas áreas e culturas reduz a seleção adversa e o risco das seguradoras.

A subvenção do governo federal ao seguro rural privado varia de 40% a 60% do valor do prêmio pago pelo agricultor. Para regiões e produtos prioritários, o Plano Agrícola e Pecuário prevê a subvenção de 60% do valor do prêmio, com o emprego de R$ 525 milhões. Para as demais regiões, estima-se a alocação de R$ 175 milhões e subvenção de 40% do valor do prêmio.

Alguns estados e municípios estimulam a adoção do seguro rural por meio da complementação da subvenção. O estado de São Paulo, por exemplo, subsidia 50% do valor pago pelo agricultor após a subvenção federal.

A disponibilização de recursos para subvencionar o seguro rural é apenas uma peça do quebra-cabeça. A efetivação de uma área segurada acima de 10 milhões de hectares exigirá a superação de alguns entraves como:

- a construção de um banco de dados da produção agropecuária brasileira para definição de uma matriz de risco e redução do prêmio;
- a garantia da oferta do montante previsto para subvenção no Plano Agrícola e Pecuário no momento ideal para aplicação, sem cortes orçamentários;
- o desenvolvimento da cultura de contratação do seguro rural entre os agricultores, com estímulo via redução da taxa de juros do crédito controlado e campanhas de *marketing*;
- o incentivo à entrada de seguradoras privadas na operação de seguro rural, com descentralização das operações em poucas seguradoras vinculadas a bancos públicos e fortalecimento das operações de resseguro e do fundo de catástrofes; e
- a estruturação de novos canais de comercialização de seguro rural, como o desenvolvimento de agentes próximos aos agricultores com informações fidedignas da atividade; as revendas de insumos agrícolas; e as cooperativas de produção.

A construção de um sistema de seguro rural robusto exige esforços contínuos. Cabe ao Estado a promoção e o desenvolvimento de instrumentos que garantam a estabilidade para os agentes das cadeias produtivas. ■

*Professor da FGV-EESP e pesquisador do GV Agro

Lançamento na Agrária é inspirado no agricultor: só lança no solo quando funciona de verdade.

Sempre próxima do agricultor, a Agrária aperfeiçoa o que já é bom, para oferecer exatamente o que você precisa. A tecnologia do **Farture**, de agregar matéria orgânica humificada, macro e micronutrientes num único grão de fertilizante, é agora aplicada a problemas específicos, resultando em dois lançamentos:

AGRÁRIA >
LANÇAMENTOS

FARTURE POTÁSSIO 30

> *Reduz a lixiviação do Potássio, garantindo suprimento adequado em todo o ciclo da cultura.*

FARTURE BORO 7

> *Promove maior crescimento radicular, estimula o pegamento da florada e aumenta a qualidade de frutos e grãos.*



35 anos

www.agrariafert.com.br | 16 3690 2200

Agrária
FERTILIZANTES

A MARCA DA TERRA



Cooperativismo paulista aposta na intercooperação

SistemaOcesp
FESCOOP/SP - OCESP - SESCOOP/SP

INTERCOOPERAÇÃO VIROU palavra de ordem para um grupo de dezenove cooperativas paulistas do ramo agropecuário. Elas fazem parte do primeiro grupo de cooperativas que aderiu ao Programa de Excelência em Gestão de Rede de Desenvolvimento Integrado (RDI), realizado pela Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo) e Sescoop/SP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo), em parceria com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop) – órgão do Ministério da Agricultura. Neste programa, realizado desde 2010 por professores e consultores da Fundação Dom Cabral, foram desenvolvidas habilidades em gestão e governança, preparando as cooperativas para atuarem, individualmente e em conjunto, no contexto de suas cadeias produtivas. A proposta é estender o programa para outros ramos do cooperativismo paulista.

A necessidade de uma maior cooperação entre as cooperativas surgiu dos crescentes desafios impostos pela economia global a todas as empresas brasileiras. Edivaldo Del Grande, presidente do Sistema Ocesp, ressalta que as cooperativas precisam manter o olhar atento às mudanças e lembra que a intercooperação está na essência do cooperativismo: "é o nosso sexto princípio". Como dirigente de cooperativa, ele sempre procurou parcerias com outras instituições. Mas, agora, esse relacionamento torna-se cada vez mais impositivo para que essas corporações possam crescer e buscar a liderança num mercado cada vez mais competitivo. "Para que isso acontecesse, era preciso fazer com que as cooperativas despertassem", aponta Del Grande.

O RDI foi o instrumento escolhido pela Ocesp e pelo Sescoop/SP para dar impulso a essa nova fase das cooperativas agrícolas paulistas e já colhe os primeiros frutos. "As cooperativas discutem trabalhar alianças estratégicas ou, até mesmo, utilizar serviços umas das outras", destaca o dirigente. A criação da Câmara Setorial do Leite do cooperativismo paulista e a padronização da gestão contábil e financeira das cooperativas são os primeiros resultados efetivos do programa oferecido pelo Sistema Ocesp. "Nos próximos anos, é muito importante mudarmos a cara do cooperativismo no estado de São Paulo. Esse é o nosso grande desafio. O que depender da entidade nós vamos fazer", pontua Del Grande.

O pilar central da proposta do Sistema Ocesp é oferecer oportunidades às cooperativas na redução de custos, aumento da produtividade e melhoria da renda dos seus cooperados, por


Del Grande: "Intercooperação está na essência do cooperativismo"

meio de ferramentas que proporcionem alianças estratégicas. Uma tarefa nada fácil para um grupo de dezenove cooperativas com milhares de cooperados. Mas, esse é o momento de uma grande virada na conquista de novos mercados, até mesmo para a sobrevivência destas cooperativas. "Ou elas começam a se organizar, trabalhando potencialidades em conjunto, ganhando musculatura para se tornarem *players* de destaque no mercado, ou alguém vai ocupar esse lugar", analisa Del Grande.

As exportações das cooperativas paulistas são um dos indicadores da importância dessas corporações para o mercado nacional. Em 2012, São Paulo foi o estado com maior valor de exportações de cooperativas, chegando a US$ 2,024 bilhões. O valor representa 33,9% do total das vendas ao exterior por cooperativas brasileiras, segundo dados Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Intercâmbio técnico nos Estados Unidos

Um grupo de dirigentes, gestores e cooperados ligados às cooperativas do programa RDI participou de um intercâmbio nos Estados Unidos, entre os dias 28 de julho e 2 de agosto. Organizada pelo Sescoop/SP, a jornada ofereceu curso sobre governança em cooperativas na Universidade de Missouri e visitas técnicas a cinco cooperativas norte-americanas, entre elas as duas maiores do país no setor agropecuário, a CHS Inc. e a Land O'Lakes Inc.

A missão internacional complementa a formação oferecida pelo RDI e coloca novos desafios para os dirigentes das cooperativas paulistas. "Foi possível conhecer melhor modelos de gestão de sucesso das maiores cooperativas dos Estados Unidos. Ficaram claros alguns desafios para as nossas cooperativas, como a gestão profissionalizada e o papel essencial das parcerias para agregar mais valor à produção", explica Luis Antonio Schmidt, gerente de Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas do Sescoop/SP.

Apesar de todas as diferenças na legislação e no ambiente econômico do Brasil e dos Estados Unidos, várias lições podem ser absorvidas a partir do intercâmbio. "Para cooperativas que trabalham com *commodities*, por exemplo, é fundamental aumentar a escala. Em todos os exemplos, percebemos também que o aumento da rentabilidade para o produtor exige da cooperativa a busca por redução de despesas, aumento do volume de produção e agregação de valor aos produtos", salienta Schmidt.

Além da CHS Inc. e da Land O'Lakes Inc., localizadas em Minneapolis, os participantes visitaram ainda as cooperativas



Dirigentes visitam grandes cooperativas dos EUA

agropecuárias MFA Oil, em Columbia, Northeast Missouri Grain Processors, em Macon, e a cooperativa de crédito rural FCS Financial, em Jefferson City. Para Marcos Farhat, gerente de Compras e Relacionamento Comercial da Coplacana, a viagem evidenciou a importância da intercooperação. "A visita aos Estados Unidos mostrou como as cooperativas de lá trabalham, compartilhando serviços. Há vários negócios em que as cooperativas podem se integrar sem interferir na individualidade de cada uma", exemplifica.

Fundada em 1948 e com dez mil cooperados atualmente, a Coplacana foi a primeira cooperativa de plantadores de cana do estado de São Paulo e a segunda do País (a primeira foi fundada em Alagoas). Hoje, a instituição diversificou sua participação no mercado nacional com a produção de soja e milho. Além disso, desenvolveu um processo de verticalização para viabilizar novos negócios, reduzindo riscos e potencializando os ganhos dos cooperados. Segundo Farhat, as propostas apresentadas pelo programa RDI vêm reforçar as apostas da cooperativa em intercooperação, que está cada vez mais presente nas discussões da corporação. "A cooperativa passou a entender as necessidades impostas pelo mercado, o que, para nós, significa trabalhar em rede". Farhat ressalta que, hoje, as mudanças pedem urgência. "No passado, vislumbrávamos um futuro que demorava cerca de cinquenta anos para ocorrer. Hoje, ele pode chegar em alguns meses ou semanas."



Farhat: "O mercado nos impõe a atuação em rede"



Workshop realizado durante jornada nos EUA

Cooperativas discutem alternativas

As experiências compartilhadas durante o programa RDI e a viagem dos representantes dos empreendimentos aos EUA oferecem novos caminhos para o grupo de dezenove cooperativas. A proposta é promover debates entre dirigentes para a priorização de ações em nível estratégico, além de fóruns técnicos entre profissionais das cooperativas.

José Antonio Rossato Júnior, membro do Conselho Administrativo da Coplana, maior exportadora de amendoim do País, explica que a cooperativa já conquistou resultados com a implantação do programa na área administrativa, contábil e fiscal, o que tem contribuído para a melhoria de processos de gestão. Otimista, ele ressalta que isso é apenas o início de um relacionamento maior com outras cooperativas. "Temos, agora, a possibilidade de identificar similaridades e buscar oportunidades".

"Fazer a integração com novas cooperativas pode ser o nosso diferencial", ressalta Zilda Aparecida Soares de Araújo, gerente administrativa e financeira da cooperativa Veiling Holambra, responsável por 45% do mercado nacional de flores. Cezira Sgarbi Rossato, da COAGROSOL, segue na mesma direção. Segundo ela, é o momento de unir forças para sobreviver em um mundo competitivo: "Queremos jogar na primeira divisão. Se pensarmos em jogar só na segundona, corremos o risco de cair para a terceira."

Apesar de o grupo ainda estar nos primeiros passos para uma integração maior, o modelo de parceria é incontestável entre os membros. "Essa é a vontade do grupo, mas isso leva algum tempo para amadurecer", analisa Simon Veldt, presidente da Cooperativa Agro Industrial Holambra. "Queremos fazer parcerias em áreas em que não temos experiência", avalia Veldt.

Todo o esforço deve ter em vista um único resultado, que é a melhoria da vida dos cooperados. "A grande solução das cooperativas é aumentar a renda do cooperado. Para isso, elas precisam trabalhar em escala", pontua Antonio Julião Damásio, presidente da COLASO, Cooperativa de Laticínios de Sorocaba.

Cooperativismo no Brasil

– 50% de toda a produção agropecuária brasileira passam por cooperativas;

– O cooperativismo injeta R$ 8 bilhões em salários e benefícios na economia nacional;

– Os ramos com mais cooperativas são o agrocupecuário (1.528), o de transportes (1.097) e o de crédito (1.049);

– Em 2012, as exportações das cooperativas brasileiras ficaram próximas a US$ 6 bilhões, sendo 98% do ramo agropecuário.



Reunião do grupo na Ocesp traça o caminho para a intercooperação

Cooperativas de consumo criam modelo pioneiro

Cooperativas do ramo de consumo já fazem da intercooperação uma ferramenta para ampliar seus negócios. Um dos exemplos vem de um grupo de onze cooperativas unidas na CoopBrasil, cooperativa central criada em 2011, também sob orientação do Sistema Ocesp. Elas já movimentaram, em 2013, R$ 1,8 milhão, valor próximo aos R$ 2,4 milhões alcançados no ano passado. O grupo de cooperativas aposta na negociação coletiva, na redução de custos e nos ganhos em escala para ganhar novos mercados.

Marcio Valle, presidente da CoopBrasil e, também, presidente da Coop – maior cooperativa de consumo da América Latina –, explica que a união das cooperativas aumenta a força para viabilizar negócios que apenas um empreendimento não conseguiria sozinho. "A união dessas cooperativas nos dá escala para termos melhores condições de negociação", diz. Segundo ele, isso tem permitido oferecer às filiadas produtos nacionais e importados. "Um exemplo é a importação de vinhos da Argentina, que chegam às filiadas com preços bastante competitivos e que aumentam as vendas", afirma.

A trajetória da Coop também tem colaborado para ampliar a atuação das cooperativas. A cooperativa ocupa a 14ª posição no *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e tem compartilhado sua experiência com outras cooperativas. Além disso, a marca CoopPlus, de propriedade da Coop, está licenciada para uso da CoopBrasil. "Isso possibilita que tenhamos uma única embalagem. O controle da qualidade do produto e credenciamento de fornecedores tem de passar por uma rigorosa auditoria do Bureau Veritas", explica Valle.

Com isso, as cooperativas da CoopBrasil contam com mais de 400 itens de noventa categorias de produtos, como biscoitos, massas, arroz, feijão, chocolates, vinagre, batata frita, sacos para lixo, doces, café, além de produtos sazonais, como ovos de Páscoa.



Marcio Valle apresenta a CoopBrasil em encontro na Ocesp

Novos ramos

Hoje, cooperativas dos ramos da saúde e agropecuário também estão entre as filiadas da CoopBrasil, e todos os ramos de cooperativas têm na central oportunidades de negócio. A central quer, ainda, reduzir custos com a troca de experiências na área de prevenção de perdas. "As técnicas e procedimentos estão sendo melhorados em razão da utilização de melhores práticas", afirma Marcio Valle. ■

Cooperativismo paulista

Ramo	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	121	181.617
Consumo	27	2.305.558
Crédito	220	640.068
Educacional	58	13.405
Habitacional	53	30.602
Infraestrutura	18	63.390
Produção	37	3.695
Saúde	185	75.344
Trabalho	150	69.825
Transporte	80	23.743
TOTAL	**949**	**3.407.247**

Fonte: Ocesp – dez/2012



APROSOJA

Rural destaca desafios e oportunidades do agro

SRB
SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

Rural Jovem marca presença em reunião de jovens lideranças do Mercosul

João Adrien*

Na Argentina, delegação participa da feira agrícola de Palermo e de reunião da FARM Jovem.

No final de julho, jovens lideranças rurais encontraram-se na Argentina, durante a Exposição Agropecuária de Palermo, com o intuito de reativar o núcleo jovem da Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM).

Vale lembrar que a FARM surgiu após a conclusão do projeto de integração regional dos países do Cone Sul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Composta pelas principais entidades rurais de cada país, a FARM é uma instituição supranacional representante da produção agrícola sul-americana em que são propostas medidas para o desenvolvimento do setor.

A FARM Jovem renasce com objetivos similares aos "maiores", de promoção e intensificação das relações entre os países do bloco. A ata de refundação debatida pelas delegações da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil, representada pelo Departamento de Jovens da Rural e da FARSUL, estabeleceu as diretrizes e estrutura do grupo.

A promessa de criar um diálogo entre as futuras lideranças do agro significa, na prática, a troca de conhecimento da realidade agrícola de cada país, o intercâmbio entre os jovens, o fomento a programas de capacitação técnica, a atuação junto aos meios de comunicação e, principalmente, o debate sobre a importância econômica do Mercosul, com suas capacidades e desafios.



JOÃO ADRIEN

Nos últimos cinco anos, as exportações do bloco mostraram o dinamismo do agro regional e o crescente intercâmbio com o restante do mundo. Entre 2007 e 2011, as exportações intrarregionais saltaram de US$ 39,6 bilhões para US$ 62,69 bilhões, aumento de 58,44%, enquanto o intercâmbio comercial do bloco com o mundo aumentou em 53,82%, passando de US$ 508,64 bilhões para US$ 782,41 bilhões.

O Mercosul é o maior exportador líquido de açúcar, o maior produtor e exportador mundial de soja, 1º produtor e 2º maior exportador mundial de carne bovina, o 4º produtor mundial de vinho, o 9º produtor mundial de arroz, além de ser grande produtor e importador de trigo e milho.

Os dados apresentados aumentam a responsabilidade do Mercosul, mas também trazem ótimas oportunidades que realçam a necessidade de união e de maior diálogo político entre os países.

Durante o 12º Congresso Brasileiro do Agronegócio, organizado pela ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) em São Paulo, o CEO da BrasilAgro, Julio Piza, afirmou que uma das grandes dificuldades que encontramos, hoje, no agro é a falta de união dos produtores. Segundo ele, essa desarticulação impossibilita que o setor tenha o controle do mercado. Por consequência, tornam-se reféns das exigências dos países consumidores.

Nosso trabalho é para que as próximas gerações tenham consciência da importância econômica que esse bloco representará para o mundo. A FARM Jovem surge como esperança de que essas questões possam ser superadas e que esse bloco tenha maior poder de decisão no comércio mundial.

*Rural Jovem

Revista "A Rural" será digitalizada

Renato Scardoelli*

Iniciativa de preservação da memória da agricultura brasileira vai colocar na internet o acervo da histórica publicação.

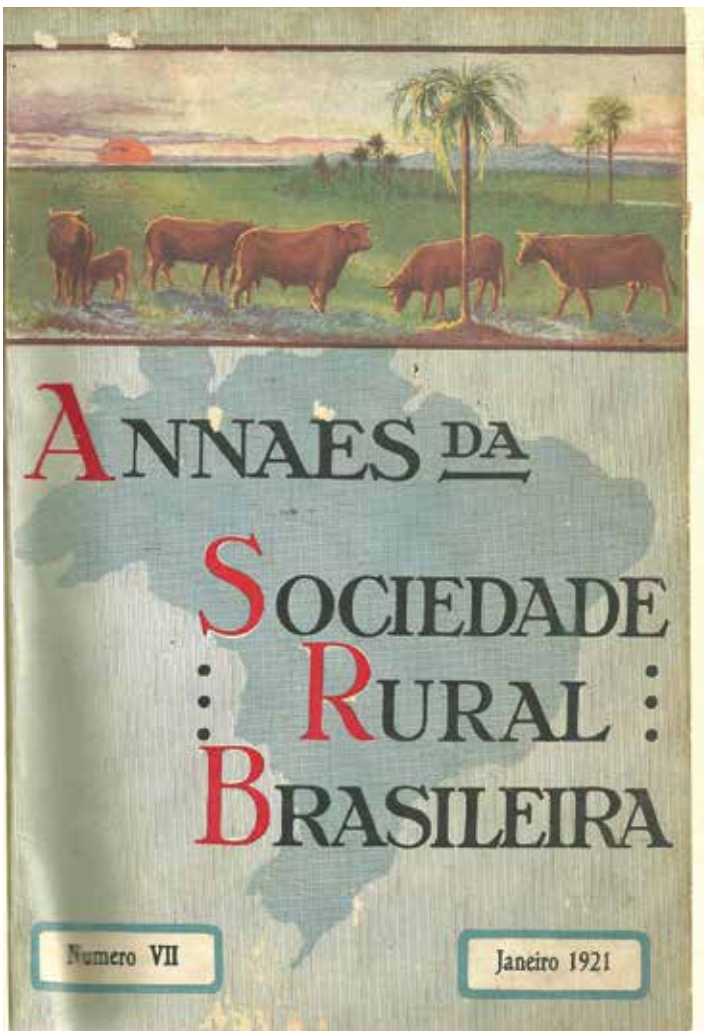
Em breve, todo o acervo da revista "A Rural" estará disponível para consulta na internet. A novidade é resultado de parceria entre a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e empresas e entidades (Marfrig, ABIMAQ, DuPont, Tortuga e Bayer) interessadas em apoiar um projeto de preservação da memória da agricultura nacional.

A revista "A Rural" teve seu primeiro número editado em 1920, intitulado "Annaes da Sociedade Rural Brasileira", permanecendo até 2011, mas já com outro título, "Informativo A Rural".

A iniciativa envolve a digitalização de aproximadamente 200 páginas das mais de oitenta encadernações que armazenam todas as edições da revista "A Rural", bem como cinquenta e cinco informativos – que deram continuidade à publicação.

De acordo com o presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva, a riqueza das reportagens da publicação demonstra claramente que a entidade – já naquela época – exibia a inteligência do que havia de melhor na agricultura brasileira.

"Desde seu início, a revista já era tão importante que, em suas páginas, eram lidos os relatórios de importações de carnes da Argentina, Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e Inglaterra. O cafeicultor, por exemplo, tinha à disposição todos os números da cafeicultura da época, como, por exemplo, cotações em Santos, estoques do Governo e privados, e, assim, aconteceu também com o mercado do açúcar", conta.



RENATO PONZIO

*Jornalista (renato@srb.org.br)

Na Rural, Embrapa antevê o futuro do agro

Ronaldo Luiz*

População mundial vai crescer em áreas com níveis baixos de produtividade agrícola, o que abre janela de oportunidades (e, também, uma série de desafios) para o agro brasileiro.

Até 2050, ano em que o número de habitantes na Terra deverá chegar a 9 bilhões de pessoas – hoje, somos em torno de 7 milhões –, haverá um descompasso entre crescimento populacional e capacidade de produção de alimentos. A população vai crescer em áreas com níveis baixos de produtividade agrícola, o que abre uma janela de oportunidades (e, também, uma série de desafios) para que o agro brasileiro consolide-se realmente como celeiro do mundo.

Esse foi o principal recado da palestra do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antônio Lopes, realizada recentemente na Sociedade Rural Brasileira (SRB), após a Embrapa ser homenageada pela entidade pelo seu 40º aniversário.

Segundo Lopes, a maior parte do crescimento populacional é esperada na África subsaariana e na Ásia, regiões marcadas por baixa renda e produção agropecuária limitada. Com base no seu sistema de monitoramento de tendências chamado "Agropensa", a Embrapa estima que, nos próximos trinta e cinco anos, a África subsaariana responderá por 49% do aumento populacional do planeta, seguida pela Ásia, com 41%; a América do Sul, com 7%; e os Estados Unidos, com 4%. Já a Europa terá queda populacional de 1%.

Por outro lado, a instituição já constatou que o crescimento da produtividade dos principais cereais (milho, arroz e trigo) está em declínio. "Já se observa uma 'fadiga' dos métodos convencionais de elevação de produtividade", assinalou Lopes. "Diante desse quadro, falar mal da Biotecnologia (como alavanca para produção de alimentos) é uma afronta ao futuro".

Na avaliação do presidente da Embrapa, como a distribuição da população mundial por região não vai acompanhar a distribuição de terras aráveis e a capacidade de produzir alimentos, o comércio agrícola vai aumentar, o que fará crescer também os riscos de contaminação biológica. Diante desse cenário, ganharão corpo questões como segurança sanitária, rastreabilidade e certificações.

Ameaças e tendências

De acordo com Lopes, estresses térmicos e hídricos (mudanças climáticas) tenderão a se intensificar nos trópicos, acarretando a migração de culturas agrícolas. Segundo ele, a agricultura ainda depende muito de energia fóssil e precisa mudar isso. Na visão do presidente da Embrapa, a automação de processos é uma necessidade do campo, com foco em ganhos de eficiência e produtividade.

"E, ao contrário do senso comum, que fala de desemprego, a automação vai, na verdade, reduzir a 'penosidade' do trabalho na agricultura e, assim, funcionar como um ímã para atrair mais jovens". Lopes enfatiza que a agricultura será, cada vez mais, pressionada na direção da multifuncionalidade, ampliando seu escopo de produção para além de alimentos, energia e fibras. "Será preciso dirigir esforços também para produtos agrícolas voltados à saúde, química verde, biomateriais, serviços ambientais e assim por diante. Passaremos a falar cada vez mais de segurança nutricional do que de alimentar".

*Jornalista (ronaldo@srb.org.br)



RENATO PONZIO

Embrapa Agrossilvipastoril

Sustentabilidade da produção agropecuária no MT

Gabriel Faria*

A CONCILIAÇÃO da produção de alimentos, fibras e madeira com a preservação dos recursos naturais é um dos grandes desafios do setor agropecuário brasileiro na atualidade e, também, uma das principais preocupações da Embrapa Agrossilvipastoril, Unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária inaugurada há pouco mais de um ano em Sinop, no norte do Mato Grosso.

Localizada em uma região de transição entre a Amazônia e o Cerrado, onde a produção de grãos e a pecuária de corte batem recordes de produção no País, a Embrapa Agrossilvipastoril busca desenvolver tecnologias para a agricultura sustentável e com baixa emissão de carbono. Como o próprio nome da Unidade já diz, o foco está nos estudos sobre os sistemas integrados de produção agropecuária, sobretudo a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF).

"Vamos gerar tecnologias para a maior eficiência dos sistemas agrícolas, o que muitas vezes não quer dizer que haja maior produtividade, mas, sim, maior rentabilidade e maior sustentabilidade. Os estudos de indicadores de sustentabilidade também irão ajudar nas decisões e nas políticas públicas em relação a temas como sequestro de carbono, mudanças climáticas, entre outros", explica o chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Agrossilvipastoril, Austeclínio Farias.

Mais de quarenta pesquisadores com diferentes formações já trabalham na Unidade, desenvolvendo estudos multidisciplinares por meio de uma estratégia em que as pesquisas são realizadas em experimentos de larga escala e de longa duração.

Nestes experimentos, em uma mesma área, os pesquisadores desenvolvem seus trabalhos de maneira integrada, cada um dedicando-se a um tema dentro da iLPF,



EMBRAPA / LOURIVAL VILELA

como sanidade animal e vegetal, fitotecnia, fitopatologia, entomologia, estudos de física, química e biologia do solo, emissões de gases do efeito estufa, dinâmica de água e de carbono, conforto animal, indicadores econômicos, entre outros.

"A vantagem deste tipo de ensaio é você poder avaliar diversos parâmetros e suas interações. Em vez de ter um experimento específico de uma área técnica, em um experimento compartilhado, você pode observar as interações entre estas áreas técnicas e, também, aumentar a parceria entre os pesquisadores", explica Farias.

Atualmente, dois grandes experimentos de iLPF já se encontram instalados no Centro de Pesquisa. Em um deles, com 72 hectares, começam a ser avaliadas diferentes configurações de integração com animais de corte; no outro, em uma área de 50 hectares, são investigadas três configurações com pecuária leiteira. A Embrapa ainda acompanha, no Mato Grosso, nove Unidades de Referência Tecnológica com sistemas integrados montados em áreas particulares.

Além da equipe da empresa, também desenvolvem pesquisas nestes experimentos estudantes de Graduação e Pós-graduação e pesquisadores de instituições parceiras.

Outras pesquisas

As pesquisas desenvolvidas na Unidade também estão relacionadas às principais demandas do Mato Grosso, como a restauração de Reserva Legal, a recuperação de pastagens degradadas, a produção de bioenergia, a utilização de subprodutos da indústria madeireira, florestas plantadas, silvicultura de nativas, agricultura de precisão, fixação biológica de nitrogênio em gramíneas, indicadores de sustentabilidade, além de cadeias produtivas importantes para o estado, como a dos grãos, a fruticultura, a olericultura, a piscicultura e a pecuária.

Mesmo com pouco tempo de existência, a Embrapa Agrossilvipastoril já conta com uma carteira de mais de trinta projetos aprovados com recursos da própria Embrapa e de agências de fomento. Para 2013, o montante captado para as pesquisas é de cerca de R$ 4 milhões para custeio e R$ 1,2 milhão para investimento.

"Estamos no começo de um trabalho que é feito muito em função das deman-

das do estado, da realidade do que está acontecendo aqui. Mato Grosso tem uma agricultura muito dinâmica, com sistemas de produção muito diversos. O que esperamos é gerar tecnologias e indicadores de sustentabilidade para melhorar tanto dentro, quanto fora da porteira das pequenas, médias e grandes propriedades", afirma o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento.

A Embrapa Agrossilvipastoril encontra-se, ainda, no centro das discussões mundiais sobre questões climáticas. A Unidade está na coordenação política nacional da Aliança Global de Pesquisa de Gases do Efeito Estufa na Agricultura (Global Research Alliance on Agricultural Greenhouse Gases) e participa das conferências da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

Integração interinstitucional

Desde sua criação, a Embrapa Agrossilvipastoril foi planejada para ser um centro de pesquisa cooperativo entre as unidades da Embrapa no País. Uma de suas características é a integração de pessoas e de instituições. Assim, a estrutura física foi projetada para receber um grande número de pesquisadores visitantes, parceiros institucionais e pesquisadores de outras unidades da Embrapa.

Dessa forma, em vez de a Unidade contratar um pesquisador para trabalhar, por exemplo, com soja ou milho, os Centros de Pesquisa de produtos alocam um profissional de suas equipes em Sinop, possibilitando a integração entre as unidades e a realização de um trabalho estratégico cooperativo.

Atualmente, sete unidades já contam com pesquisadores lotados na Embrapa Agrossilvipastoril, possibilitando a realização de pesquisas com culturas como soja, milho, sorgo, arroz, feijão, algodão, silvicultura e fruticultura.

Instituições parceiras, como o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA-MT), também já contam com profissionais alocados na Embrapa Agrossilvipastoril, somando forças para o desenvolvimento de tecnologias e para a geração de informações importantes para o sistema produtivo.

De acordo com o chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Unidade, agora que o Centro de Pesquisa está terminando sua fase de estruturação, o próximo passo é o de firmar parcerias com instituições internacionais.

"Estas parcerias serão muito interessantes para que possamos alçar voos mais altos, tendo em vista que Mato Grosso está no 'olho do furacão' da produção agropecuária", destaca Austeclínio Farias.

Estrutura laboratorial

Para dar suporte às pesquisas, a Embrapa Agrossilvipastoril está equipando uma moderna estrutura de laboratórios multiusuários. São vinte e quatro laboratórios distribuídos em cinco blocos temáticos: Sanidade Animal e Vegetal; Fitoquímica e Biologia Molecular; Solo e Água; Biomassa; e Sementes e Mudas.

"Os laboratórios foram planejados para ser de alto nível, com equipamentos de ponta, para contemplar e para que possamos atingir todos os nossos objetivos", comenta o chefe de Pesquisa.

Histórico da Unidade

A Embrapa Agrossilvipastoril é um dos novos Centros de Pesquisa resultantes do Programa de Fortalecimento da Embrapa, o PAC Embrapa. Criada em maio de 2009, começou a ser construída no início de 2010 e foi inaugurada há pouco mais de um ano, em 6 de julho de 2012.

Esta é a primeira unidade da Embrapa no estado do Mato Grosso, um dos principais expoentes da produção agropecuária do País, liderando a produção nacional de soja, algodão, milho de segunda safra e carne bovina. A escolha do município de Sinop foi feita com base em critérios técnicos, como a representatividade da região para a produção agropecuária, a infraestrutura logística e a existência de universidades.

Até o momento, foram investidos cerca de R$ 46 milhões na construção da Embrapa Agrossilvipastoril e na aquisição de equipamentos. A equipe é composta por oitenta e seis empregados, sendo trinta e um deles pesquisadores. Outros onze pesquisadores de outras unidades da Embrapa estão lotados em Sinop.

Transferência de tecnologia

Um dos desafios da Embrapa Agrossilvipastoril é o de transferir tecnologias para que elas cheguem aos produtores do Mato Grosso. Para isso, foram montados processos de capacitação continuada de técnicos em cadeias produtivas como a do leite, fruticultura, piscicultura, olericultura, mandiocultura, apicultura, biodiesel, sistemas agroflorestais e integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF). O trabalho é realizado em parceria com diversas instituições públicas e privadas do estado.

Em cada um destes processos, agentes de assistência técnica e extensão rural de órgãos oficiais e da iniciativa privada são capacitados de forma contínua para se tornar multiplicadores de conteúdo. Cada um deles tem como dever de casa montar uma Unidade de Referência Tecnológica (URT) no município em que atua. Esta URT serve para seu aprendizado e, também, é uma ferramenta de trabalho para transmitir o conhecimento adquirido para outros técnicos e para os produtores a que assiste.

De acordo com levantamento feito pela Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT), dos 188.560 estabelecimentos agrícolas do estado, 140.201 pertencem a pequenos produtores, o que representa quase 75% do total. Destes, 90.046 são assentados da Reforma Agrária, que dependem exclusivamente da assistência técnica oficial.

"Ao contrário do que a maioria de nós pensava, Mato Grosso é um estado de pequenos produtores. São milhares de agricultores familiares e assentados que dependem da assistência técnica qualificada para produzir", explica o chefe de Transferência de Tecnologia da Embrapa Agrossilvipastoril, Lineu Domit. ■

*Jornalista da Embrapa Agrossilvipastoril (gabriel.faria@embrapa.br)

Brasil

O desafio de alimentar o mundo

Eduardo Daher*

NOS ÚLTIMOS dez anos, o agronegócio foi responsável por 27% do PIB nacional, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). O avanço que a agricultura brasileira experimentou nos últimos anos está prestes a entrar em uma nova fase, na qual não faltarão desafios, como indicam os números da economia global e seus impactos na conjuntura brasileira. O fator-chave para superar as condições que se apresentam desfavoráveis está na nova Revolução Verde, tema no qual o Brasil tem força competitiva reconhecida mundialmente.

Durante a primeira Revolução Verde, ao longo da década de 70, liderada por Norman Borlaug, o Brasil ainda era dependente do mercado internacional, inclusive importador de alimentos. Passados quarenta anos, atualmente, só não exportamos mais comida do que os Estados Unidos. A revolução silenciosa do campo aconteceu pela necessidade de o País se tornar independente e deu certo porque, além de incluir a ocupação e abertura do Cerrado, teve forte embasamento em tecnologia. O País passou a adotar fertilizantes, sementes certificadas, modernos defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos, que garantiram maior produtividade.

A agropecuária, sem dúvida, incorporou ganhos nos indicadores do desenvolvimento sustentado. Entre eles, vale destacar: a) a alavancagem das exportações e do saldo na balança comercial; b) a robustez agregada ao PIB, que avançou da décima posição, em 2003, para a sétima maior economia mundial, em 2010; c) no campo social, vem se constituindo um polo de atração de trabalhadores para as cidades rurais, onde se instalam agroindústrias de alimentos; d) segundo a Embrapa, entre 1970 e 2010, o preço real dos alimentos caiu pela metade – as colheitas mais fartas ocorrem graças à revolução tecnológica no campo; e) o dinamismo dos elos "antes da porteira" – pesquisa e extensão do conhecimento ao campo –, "dentro da porteira" – a adoção, cada vez mais, de tecnologias pelo agricultor diante dos ganhos de produtividade – e "fora da porteira" – agroindústrias que encostam suas fábricas ao lado das fazendas e, assim, mitigam o peso do custo logístico – provoca desdobramentos geradores de melhorias socioeconômicas regionais.

Portanto, o conjunto das novas tecnologias, uma ampla melhoria dos sistemas de logística que reduzam drasticamente o Custo Brasil e o reestabelecimento da confiança ao produtor rural são premissas para garantir o crescimento de 40% que o agronegócio brasileiro necessita até 2050 para se tornar o principal fornecedor de alimentos. Esta meta, apontada pela Organização Mundial para Agricultura e Alimentação (FAO), é capaz de atender 9 bilhões de pessoas habitando o mundo em meados do século XXI. Essa foi a reflexão que originou o Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos (http://www.forumagriculturaealimentos.org.br).

Todos os anos, entre os dias 10 e 17 de Outubro, a FAO promove a Semana Mundial da Alimentação, celebrada em 150 países. Para marcar a data no Brasil, a entidade lançou, em 2009, conjuntamente à ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e à Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), o I Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos para o Futuro Sustentável. Agora, em 2013, a iniciativa ganha destaque especial quando completa sua 5ª edição, a realizar-se em 10 de outubro próximo, na capital de São Paulo.

No encontro, diversas entidades apresentarão propostas, numa ampla agenda que contribua para o desenvolvimento sustentável do Brasil, de modo a atender o apelo lançado pela FAO de erradicar a fome e a miséria. Surge, assim, o compromisso com a FAO, definido como DESAFIO 2050. Sua missão de buscar alimentar um mundo de 9 bilhões de pessoas em 2050 é um desafio que só podemos enfrentar trabalhando juntos: dispondo o melhor da nossa Ciência; garantindo o desenvolvimento sustentável e em parcerias; e reunindo forças inovadoras e dinâmicas com diferentes setores da sociedade. ■

*Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

Controvérsias



Roberto Rodrigues*

O PROTECIONISMO, em todas as suas formas, é tema dos mais controversos nas cadeias produtivas do agronegócio em todo o mundo.

Os interesses econômicos em jogo são gigantescos, afetando setores poderosos e até mesmo a economia de países inteiros.

Mas, não há dúvida de que o protecionismo, via de regra, acaba produzindo distorções no mercado. É claro: se um produtor de leite de um país europeu não puder competir com seu colega da Nova Zelândia, o governo do país prejudicado pela concorrência natural coloca tarifas nas importações lácteas neozelandesas para proteger seus produtores. Sem esta proteção, que ainda pode ser acrescida de subsídios ao crédito ou ao preço do leite, os europeus podem ser excluídos do mercado, gerando problemas sociais, políticos e econômicos que o governo terá que resolver. Ora, mantendo o produtor em sua atividade, não há mais problemas. Mas, por outro lado, o produtor neozelandês perde o mercado europeu. E isso acaba mexendo com o mercado global de leite, porque a Nova Zelândia vai buscar outros países onde não haja subsídios, até por falta de recursos oficiais, e isso poderá também prejudicar os produtores destes outros países.

Daí a grande dificuldade em lidar com o assunto, e os interesses dos países ricos terminam inibindo até o avanço da Rodada de Doha da OMC.

Mas, volta e meia, setores afetados pela livre economia buscam proteção junto aos governos de seus países.

Vivemos no Brasil, neste momento, um interessante dilema a esse respeito.

Duas poderosas empresas brasileiras, a Petrobras e a Vale, estão pleiteando junto ao Governo a imposição de tarifas para a importação de matérias-primas para a fabricação de fertilizantes, que, hoje, não existem.

Ocorre que nosso País importa mais de 75% do fertilizante que consumimos. Como a expansão da área agricultável se dará basicamente sobre o Cerrado, cuja terra é muito pobre, a perspectiva é de ainda maior necessidade de fertilizantes.

O Governo estimulou essas duas grandes empresas a investirem na produção dessas matérias-primas. Agora, alegando dificuldade na obtenção de lucro, ambas querem tirar as matérias-primas da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC). A mudança proposta aumentaria o preço entre 4% e 6%, dependendo do produto (estas seriam as tarifas).

Há um argumento importante por trás desse pedido: a produção nacional é onerada em até 40%, de acordo com a Abiquim, inclusive por causa do ICMS, enquanto o produto importado é isento de taxas. Faz sentido, portanto, a isonomia tributária.

Por outro lado, garantir lucro para duas megaempresas oneraria o universo total dos produtores rurais brasileiros, encarecendo a produção de alimentos e lhe tirando a competitividade internacional. E isso não faz sentido. Muito mais lógico é reduzir a tributação sobre a produção nacional. Mas, aí, caímos no buraco negro da reforma tributária.

E há outros argumentos: com a desvalorização do real, a importação já ficou bem mais cara do que nos anos anteriores, e isso já onera o custo agrícola. E há ainda o velho problema do custo de transporte marítimo: essas matérias-primas importadas têm o frete acrescido de 25% da taxa da Marinha Mercante. Os fabricantes nacionais de adubos afirmam que isso já leva à isonomia reclamada pelos dois gigantes.

Na outra mão, as importações de combustíveis, inclusive feitas pela Petrobras, são subsidiadas e vêm derrubando o resultado da empresa.

Em 2012, foram importados 137 mil barris de óleo diesel por dia! E, em novembro, chegou-se ao pico de 313 mil barris/dia, equivalente a 14% da demanda nacional. A importação de gasolina, em 2012, foi de 65 mil barris/dia, ou 12% do consumo total.

Isso vem crescendo em 2013, com o aumento do consumo, e trouxe prejuízo à Petrobras, que subsidia o preço destes combustíveis, vendendo-os internamente por um preço menor do que compra lá fora. Subsídio que perturba a Petrobras e o belo setor dos biocombustíveis...

Nota: um barril tem 158,984 litros. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Destravar as negociações internacionais



Cesário Ramalho da Silva*

NO PRIMEIRO semestre, o faturamento com as exportações do agronegócio alcançou US$ 50 bilhões, 11% acima do resultado obtido em igual período de 2012, com um incremento de 20% no volume exportado.

Já, no acumulado dos últimos doze meses, houve expansão de 4% do valor exportado, superando os US$ 100 bilhões, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) – Esalq/USP.

São bons números?! É claro que sim. E demonstram a força do agro na pauta exportadora. Não custa repetir que se não fossem as exportações de produtos agrícolas, a balança comercial do País seria deficitária.

Mas, esses resultados mascaram um processo de transformação que vem ocorrendo no comércio mundial e ao qual o Brasil vem se mantendo alheio. A proliferação de acordos bilaterais e, concomitantemente, a formação de novos superblocos comerciais compõem o novo quadro.

Preso a um Mercosul marcado por conflitos comerciais entre os países-membros, posicionamentos ideológicos, desavenças políticas e letargia para negociar, o Brasil caminha para o isolamento.

Enquanto Chile, Colômbia e Peru (que compõem a Aliança do Pacífico) têm acordos de livre comércio com Estados Unidos, União Europeia e Ásia, por meio do Mercosul, o Brasil só fez acordos com nações da América do Sul e outras sem muita relevância comercial.

Potencial desperdiçado

Isso é pouco, muito pouco, para o Brasil e para o Mercosul. Nenhuma outra região possui características que permitam aumentar a produção agropecuária com respeito ambiental, destaca o documento "Segurança Alimentar Global e Recursos Naturais Agrícolas: Papel e Visão da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai".

São exatamente os diferenciais competitivos em terra, água e clima – ou seja, a grande disponibilidade de recursos naturais –, somados ao modelo de produção agropecuária local baseado em ganhos de produtividade, que podem catapultar o Mercosul a ser o grande provedor de comida e agroenergia do planeta.

Nos últimos vinte anos, o bloco aumentou significativamente sua contribuição na produção agropecuária mundial. A produção agrícola *per capita* na região cresceu 80% mais do que a média mundial durante a primeira década deste século.

Em termos de potencial, números do Banco Mundial sustentam que o Mercosul pode incorporar mais 123 milhões de hectares para cultivo – com o Brasil sendo protagonista nesse ponto –, sem avançar sobre vegetação nativa, perdendo apenas para a África subsaariana. No que diz respeito ao estoque d'água, a região só fica atrás da Austrália e da Nova Zelândia juntas.

Vilões

Brasil e Argentina são os maiores países do bloco, com cadeias produtivas do agronegócio poderosas e diversificadas. Contudo, são justamente os governos de ambos os maiores vilões do Mercosul.

Buenos Aires adotou uma plataforma política populista, de caráter "bolivariano", que sufoca os setores produtivos locais e perde credibilidade internacional. Brasília padece de situação semelhante – ainda que de modo mais ameno, menos acintoso, mas não menos danoso à expansão comercial.

Arraigado em propósitos muito mais políticos, o Itamaraty carece de vontade, sensibilidade e preparo para atuar de maneira mais pragmática comercialmente. O que é mais valioso para o nosso desenvolvimento socioeconômico? Uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU ou mais mercados para os nossos produtos? O agro brasileiro produz cada vez mais, mas a diversidade de mercados é cada vez menor.

Em recentes viagens (Nova York, Londres), pude constatar, por exemplo, que nossos adidos agrícolas estão desassistidos. Está comprovado que a estratégia de um mundo Sul-Sul escolhida pelo Governo não foi boa. O Brasil precisa buscar parceiros comerciais mais fortes.

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sinalizou retomada das negociações entre Mercosul e União Europeia, mas não descartou a possibilidade de o Brasil negociar em separado. Em outubro, a presidenta Dilma fará visita oficial aos Estados Unidos e terá uma oportunidade de ouro para tratar de negociações comerciais. Que a inércia dê lugar à ação. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Política para o etanol: uma questão de bom senso



Mônika Bergamaschi*

HÁ ALGUNS meses, este espaço foi usado para abordar a percepção da gravidade da crise canavieira no País e, em particular, no estado de São Paulo.

Crises e superações fazem parte da história do setor, e as retomadas, invariavelmente, levaram à conquista de patamares superiores de produção e produtividade. Nos idos de 2002, em acordo com o setor produtivo, o governo FHC implementou um imposto, *grosso modo*, devido às externalidades negativas da gasolina, a CIDE. Esse mecanismo deu ao etanol a possibilidade de conviver com o combustível fóssil em mercado livre. Ao trazer para condições de mercado toda a economia energética, o etanol ganhou um *status* que permitiu e atraiu o capital externo, promovendo uma verdadeira explosão no crescimento da oferta.

Em complemento, no ano de 2003, o então governador Geraldo Alckmin reduziu o ICMS do etanol para 12% (pouco menos da metade da alíquota de ICMS da gasolina), o que proporcionou um fabuloso crescimento da demanda de etanol hidratado, para uso nos carros flexíveis. Também foram estimulados investimentos em produção de energia elétrica a partir das fibras da cana-de-açúcar.

Uma conjunção vitoriosa. Empregos foram gerados de forma descentralizada no estado de São Paulo, e, de quebra, melhorou a qualidade do ar nas grandes cidades, com redução de casos de problemas respiratórios.

Com a alíquota da CIDE reduzida a zero em junho de 2012, depois de representar 14% sobre o preço da gasolina em 2002, e com os preços da gasolina congelados por mais de seis anos, os carros leves de Ciclo Otto passaram a usar muito mais gasolina do que etanol. A proporção de consumo, que havia atingido meio a meio, fechou 2012 com 70% a favor da gasolina. Pioraram os índices de poluição, e o saldo da balança comercial brasileira foi impactado negativamente, com o aumento da importação do combustível. Para arrematar, a Petrobras tem pagado pela gasolina importada um valor superior ao praticado na comercialização do produto no mercado interno, o que explica o estrago na saúde financeira da empresa, inclusive com perda de valor de suas ações.

É sabido que o preço da gasolina dá teto ao preço do etanol e o inviabiliza à medida em que a CIDE é zerada. Da perda de renda do etanol decorre o crescimento do endividamento dos produtores. E a esperança do alento com os leilões de energia elétrica esvai-se a partir do momento em que são abertos em conjunto à energia oriunda de outros produtos, reprimindo a expressão da produção de energia elétrica da cogeração na indústria sucroenergética. Como se não bastasse, o clima também conspirou contra os produtores de São Paulo nas duas últimas safras, e, recentemente, os preços do açúcar despencaram no mercado internacional.

O governo do estado de São Paulo une-se aos produtores na indignação pela falta de uma política pública federal condizente com a atração (já ocorrida) do capital e de empresas externas; pela falta de diálogo com os estados produtores; pela insana estrutura de impostos que, hoje, fazem o etanol, em unidade equivalente de energia, ser mais taxado do que a gasolina! Qual é o significado disso? Onde está a estratégia nacional de matriz energética limpa?

A imagem externa brasileira fica arranhada nessa aventura de retroceder à década de 80. O Brasil é o segundo maior produtor de etanol, atrás dos EUA, que já produzem mais de 50 bilhões de litros, o dobro do Brasil, mas o nosso é um produto reconhecido pela própria Lei de Energia norte-americana como etanol avançado.

A fragilização do setor sucroenergético não faz sentido, pois os impactos são muito ruins para o Brasil. Os movimentos populares virão em apoio aos produtores, antes deste inverno passar. Aos outros estados, cabe seguir o bom exemplo de São Paulo e reduzir a alíquota de ICMS para 12%, como forma de dar sobrevivência ao etanol carburante. Aos produtores, fica a expectativa de recuperação de margens, para voltar aos investimentos. Há de prevalecer o bom senso. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em agosto de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	350.000	480.000	380.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	480.000	700.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	740.000	790.000	890.000	792.000
New Holland	CS 660	600.000	600.000	690.000	700.000
New Holland	TC 5090	405.000	450.000	590.000	478.000
New Holland	TC 5070	370.000	365.000	480.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	700.000	891.000	680.000
Valtra	BC 7500	750.000	860.000	968.000	830.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	638.000	470.000
John Deere	1175 HY	345.000	490.000	370.000	450.000
John Deere	9470	501.000	655.000	540.000	615.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em agosto de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	110.000	135.000	118.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	155.000	160.000	145.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	205.000	190.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	175.000	180.000	165.000	196.000
New Holland	TM 7040	210.000	207.000	200.000	212.000
New Holland	T 7245	270.000	270.000	300.000	322.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	137.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	196.000	220.000	238.000
Valtra	BH 205-4	205.000	210.000	236.000	255.000
John Deere	7210	272.000	306.000	320.000	310.000
John Deere	8335	375.000	660.000	560.000	560.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de semeadoras em agosto de 2013 (R$/unidade)

MARCA	MODELO	LINHAS/ESPAÇAMENTO	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	PREÇO (R$)
PLANTIO CONVENCIONAL				
Baldan	PLD-2	2 linhas	70	8.000
Baldan	PLD-4	4 linhas	70	13.300
PLANTIO DIRETO				
Marchesan	Suprema 09	4 linhas (PD)	80	81.600
Marchesan	Suprema 12	6 linhas (PD)	100	98.000
SLC	708	5 linhas (PD)	75	91.500
SLC	710	7 linhas (PD)	90	111.600
SEMENTES PEQUENAS				
Baldan	S.A. -16	15 linhas	90	32.000
Baldan	S.A. -20	20 linhas	90	37.000
Baldan	S.A. -24	24 linhas	90	43.300
Incomagri	E-600	Lanço 22 m	70	2.155
Incomagri	Sembra-1000	Lanço 20 m	70	6.572
Terence	T1	2 m x 5 cm	70	7.200
Terence	T2 para pasto	2 m x 5 cm	70	8.200
Terence	Distribuição com caixa	3 m x 5 cm	70	6.200

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em agosto de 2013, comprar uma semeadora para plantio direto, modelo Suprema 12, com seis linhas, da Marchesan, cujo preço é R$ 98.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 19.600,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para dezembro de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2013/2014). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 110.709,00 pelo implemento.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/12/13	R$ 78.400,00	R$ 7.840,00	R$ 2.487,24	R$ 10.327,24	1
01/06/14	R$ 70.560,00	R$ 7.840,00	R$ 2.564,05	R$ 10.404,05	2
01/12/14	R$ 62.720,00	R$ 7.840,00	R$ 1.701,71	R$ 9.541,71	3
01/06/15	R$ 54.880,00	R$ 7.840,00	R$ 1.489,00	R$ 9.329,00	4
01/12/15	R$ 47.040,00	R$ 7.840,00	R$ 1.276,29	R$ 9.116,29	5
01/06/16	R$ 39.200,00	R$ 7.840,00	R$ 1.063,57	R$ 8.903,57	6
01/12/16	R$ 31.360,00	R$ 7.840,00	R$ 850,86	R$ 8.690,86	7
01/06/17	R$ 23.520,00	R$ 7.840,00	R$ 638,14	R$ 8.478,14	8
01/12/17	R$ 15.680,00	R$ 7.840,00	R$ 425,43	R$ 8.265,43	9
01/06/18	R$ 7.840,00	R$ 7.840,00	R$ 212,71	R$ 8.052,71	10
Total		78.400,00	12.709,00	91.109,00	-
Total pago: R$ 19.600,00 (entrada) + R$ 91.109,00 (financiamento) = R$ 110.709,00.					

Produção agrícola brasileira

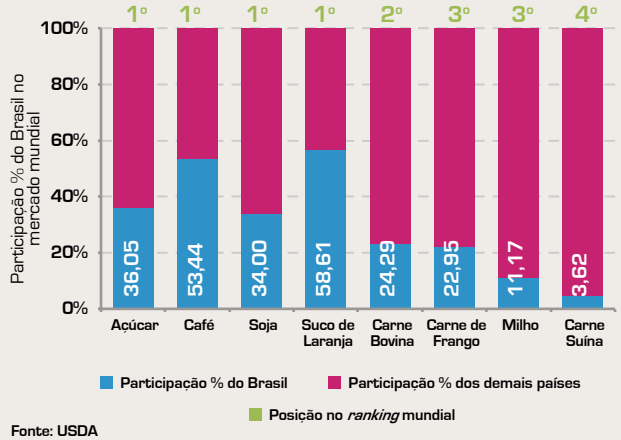
Nono levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.018,6	2.016,5	- 33,2
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	330,0	12,0
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	306,1	11,5
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	23,9	18,9
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.858,3	2,2
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	360,7	2,0
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	60,5	16,3
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,7	5,7
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	287,2	- 5,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.827,6	- 3,1
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	964,6	- 21,9
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.129,9	6,2
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	619,0	733,1	18,4
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,4	104,1	- 10,6
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	15,3	- 38,3
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.979,8	80.253,3	10,0
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.867,1	35.111,9	3,7
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	39.112,7	45.141,4	15,4
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.456,7	22,7
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.078,1	- 6,5
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.379,5	- 24,3
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	116,9	4,2
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	166.172,1	186.148,4	12,0

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

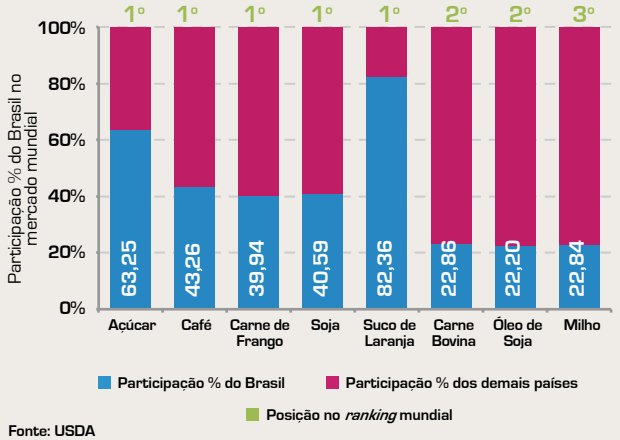
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



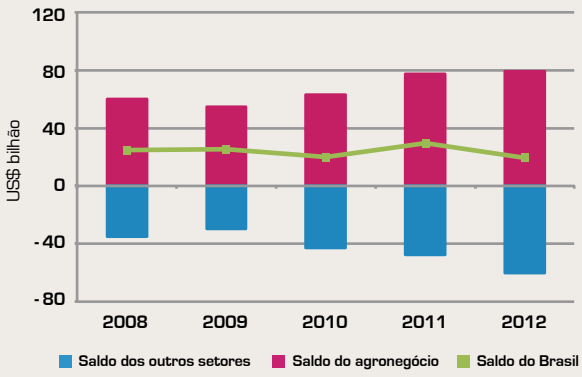
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



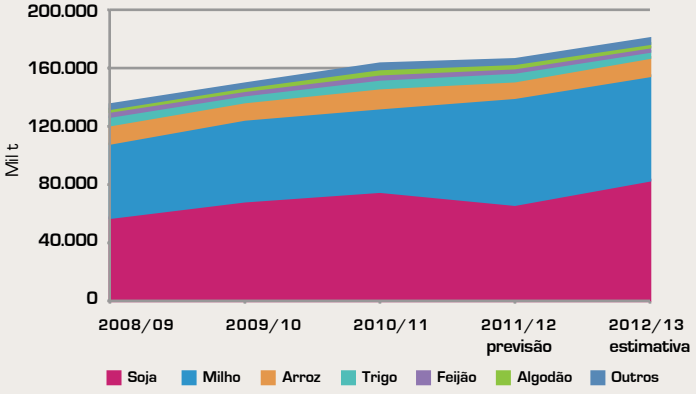
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



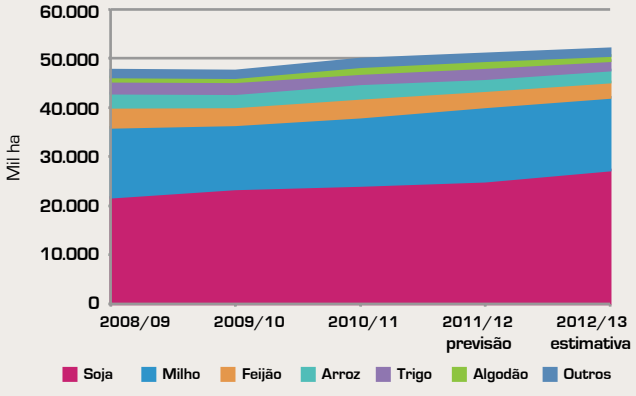
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



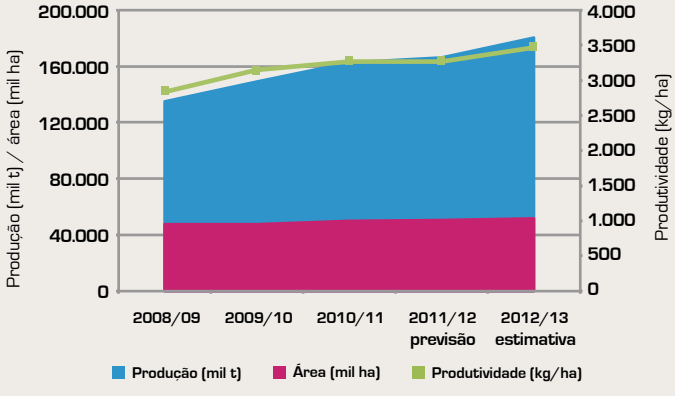
Fonte: Conab

Brasil: Área plantada com grãos, por produto



Fonte: Conab

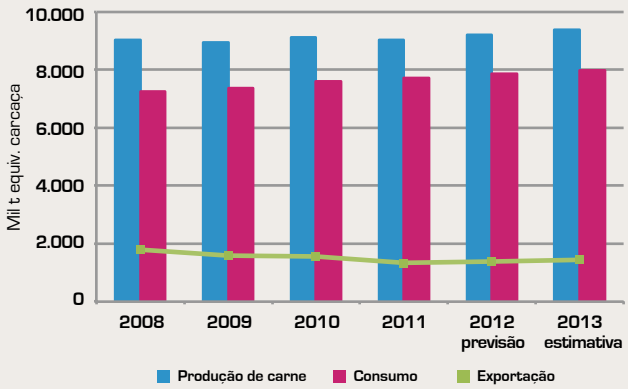
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

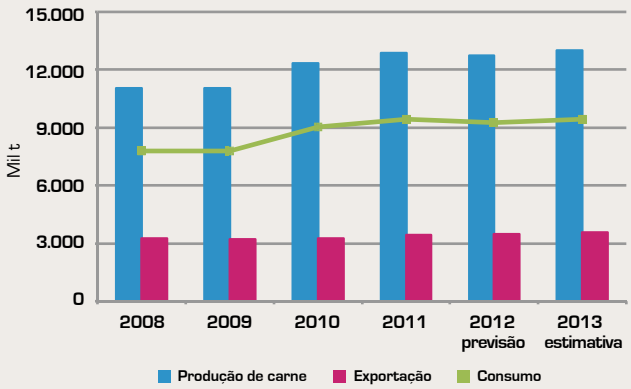
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



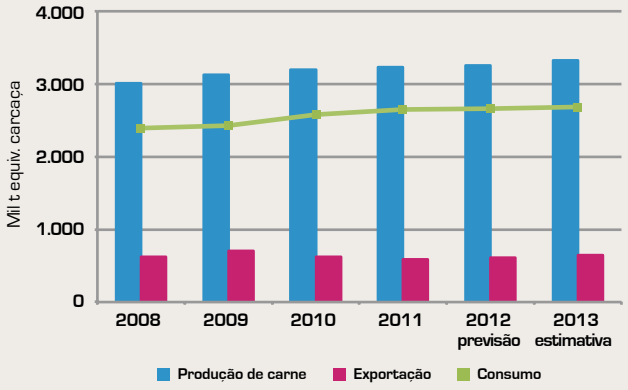
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



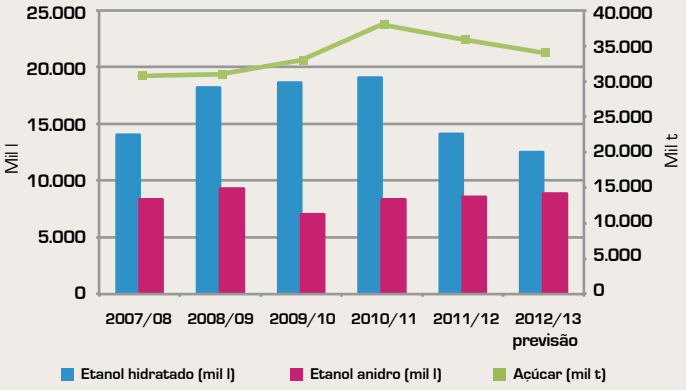
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



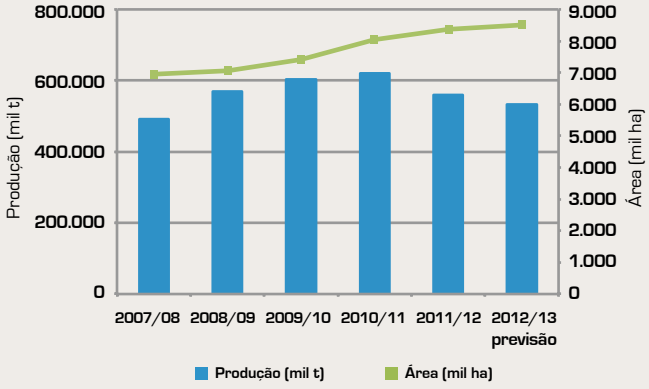
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



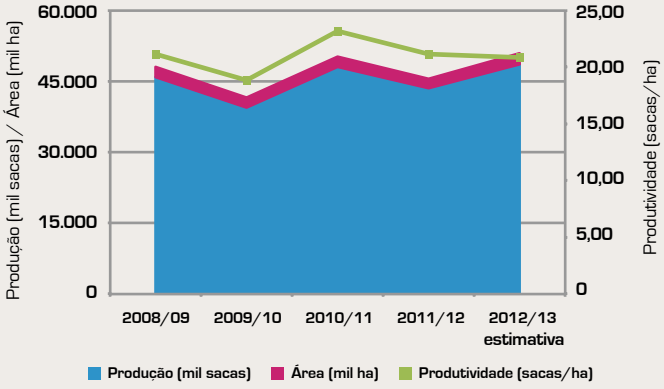
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab